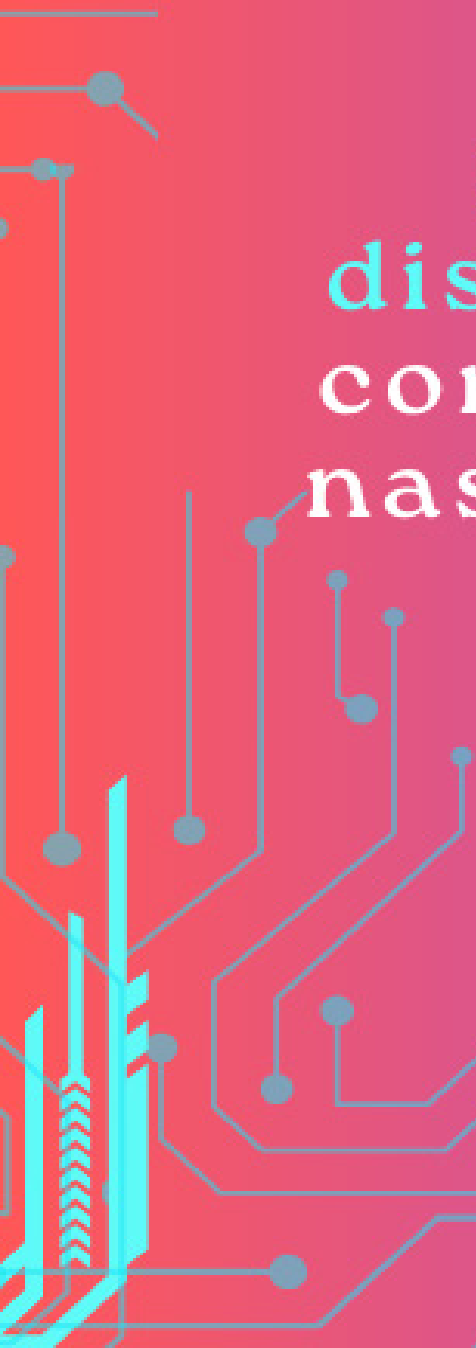


Kirla Korina Anderson Ferreira
Klaissa Verônica dos Santos Anderson
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar
(Organizadores)



DESCONECTANDO
NÓS:
Misoginia e
discurso de ódio
contra mulheres
nas redes sociais

RFB EDITORA

DESCONECTANDO NÓS
Misoginia e discurso de ódio contra
mulheres nas redes sociais

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Kirla Korina Anderson Ferreira
Klaissa Verônica dos Santos Anderson
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar
(Organizadores)

DESCONECTANDO NÓS
Misoginia e discurso de ódio contra
mulheres nas redes sociais

Belém-PA
RFB Editora
2025

© 2025 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2025 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos, Belém - PA, CEP: 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Diagramação

Worges Editoração

Revisão de texto e capa

Organizadores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB

8/9166

Produtor editorial

Nazareno Da Luz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D295

Desconectando nós: misoginia e discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais / Kirla Korina Anderson Ferreira, Klaissa Verônica dos Santos Anderson, Breno Rodrigo de Oliveira Alencar (Organizadores). – Belém: RFB, 2025.

Livro digital

100p.

ISBN 978-65-5337-009-8

DOI 10.46898/rfb.50c3936a-db39-4386-8091-1124eb36013f

1. Violência de gênero. 2. Misoginia. 3. Redes sociais. 4. Discurso de ódio. 5. Feminismo. I. Ferreira, Kirla Korina Anderson (Org.). II. Anderson, Klaissa Verônica dos Santos (Org.). III. Alencar, Breno Rodrigo de Oliveira (Org.). IV. Título.

CDD 305.42
CDU 316.4-055.2

Índice para catálogo sistemático:

I. Mulheres: violência e discurso de ódio nas redes sociais 305.42

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)/Campus Belém e à sua Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (DPPI), pela concessão de recursos financeiros para o fortalecimento dos grupos de pesquisa da instituição, através do Edital 01/2024/DPPI/IFPA/CONNECTA GP, que possibilitaram a publicação da presente coletânea.

Agradecemos também à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPG) do IFPA, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), pelas bolsas de iniciação científica concedidas aos estudantes envolvidos neste projeto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Capítulo I	
LUCIDEZ OU DELÍRIO MASCULINISTA? A REAFIRMAÇÃO DO PATRIARCADO NAS REDES SOCIAIS.....	15
Adryan Cesar Benjamin da Silva	
Capítulo II	
DE OLHO NAS NOTÍCIAS: A MÍDIA DIGITAL NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO SOBRE AS MULHERES.....	30
Lívian Karen Silva Almeida	
Capítulo III	
O ÓDIO COMO POLÍTICA: O CASO DAS PARLAMENTARES NOS PLEITOS ELEITORAIS DE 2018 E 2024	47
Wesley Ribeiro Cantão Silva	
Márcia Sousa França	
Capítulo IV	
TARÂNTULAS, PASTORES E MULHERES: UM RÁPIDO APONTAMENTO SOBRE CRISTIANISMO E MISOGINIA	65
Heraldo de Cristo Miranda	
Capítulo V	
ÓDIO OU OPINIÃO: DINÂMICAS DO DISCURSO DE ÓDIO E MISOGINIA NAS REDES SOCIAIS	80
Kirla Korina Anderson Ferreira	
Klaissa Verônica dos Santos Anderson	
SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES.....	97

APRESENTAÇÃO

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar

Em março de 2025, a Netflix lançou a impactante minissérie *Adolescência*, que retrata a perigosa influência das comunidades misóginas digitais sobre jovens vulneráveis, destacando o papel crucial das plataformas digitais na radicalização ideológica e nas violências de gênero contemporâneas. Essa produção provocou amplo debate público sobre as responsabilidades das redes sociais, pais e educadores na identificação e prevenção da misoginia entre adolescentes, colocando em evidência a urgência do tema abordado no livro *Desconectando Nós: Misoginia e Discurso de Ódio contra Mulheres nas Redes Sociais*.

“A reflexão sobre as categorias de gênero, discurso de ódio e redes sociais tem, a passos lentos, tomado lugar na academia.” Com essa provocação inicial, a obra contextualiza-se em um cenário contemporâneo marcado pela crescente influência das redes sociais nas relações interpessoais e sociais, especialmente no que tange às relações de gênero e à disseminação de discursos de ódio. Desenvolvido em um período no qual casos de violência misógina têm ganhado cada vez mais repercussão e gerado intensos debates sobre segurança digital e igualdade, o livro traz uma análise crítica e aprofundada sobre a maneira como as plataformas digitais têm se convertido em ambientes férteis para a radicalização ideológica e a proliferação da misoginia.

Com uma abordagem antropológica comprometida com a defesa dos direitos humanos, a obra é resultado das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura, vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Cultura, Educação e Política. Esses estudos receberam apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) e do Instituto Federal do Pará, campus Belém, através de financiamento e bolsas de iniciação científica.

A misoginia, entendida como o desprezo, a hostilidade ou o ódio direcionado às mulheres, tem se intensificado com o uso das plataformas digitais. De acordo com relatório da ONU Mulheres (2021), 73% das mulheres já foram expostas ou sofreram algum tipo de violência online, especialmente em redes sociais. No Brasil, dados da SaferNet apontam crescimento expressivo das denúncias de conteúdo misógino entre 2019 e 2023 (SAFERNET, 2023). Esses números indicam que a misoginia se reconfigura na era digital, alcançando novas formas e

públicos, especialmente através de fóruns como Reddit, grupos de Telegram, páginas do Instagram e canais do YouTube, onde discursos de ódio se disfarçam sob a linguagem do humor ou da crítica social.

A filósofa Kate Manne (2018) afirma a misoginia opera como sistema de controle social das mulheres, punindo aquelas que não se submetem às expectativas patriarcais. Mais do que atitudes individuais, trata-se de uma lógica coletiva e institucionalizada que sustenta a dominação masculina. Nas redes sociais, essa lógica ganha nova roupagem e potência. A conectividade, ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação, tem sido instrumentalizada para a propagação de discursos misóginos em grande escala, com velocidade e alcance inédito.

No centro da obra está a análise da *machosfera* que dá o tom do capítulo introdutório, intitulado "*Lucidez ou delírio masculinista? reafirmação do patriarcado nas redes sociais*", de Adryan Cesar Benjamin da Silva. O termo designa um ecossistema digital de grupos misóginos masculinos organizados em torno da rejeição ao feminismo e à igualdade de gênero. São comunidades transnacionais, predominantemente online, cujos discursos se alinham à ideia de que as conquistas das mulheres representam uma ameaça à ordem social tradicional. Entre os principais segmentos desse universo destacam-se os incels (celibatários involuntários), os MRAs (Men's Rights Activists – Ativistas pelos Direitos dos Homens), os MGTOW (Men Going Their Own Way – Homens Seguindo seu Próprio Caminho), e os PUAs (Pick Up Artists – Artistas da Sedução). Esses grupos muitas vezes se sobrepõem em práticas discursivas, compartilhando fóruns, memes, vídeos e estratégias de mobilização em comum. É comum, por exemplo, que usuários transitem entre comunidades incel e MGTOW, reforçando um discurso de desvalorização das mulheres sob diferentes justificativas. Enquanto os MRAs adotam uma retórica de defesa dos direitos dos homens supostamente ameaçados pelo feminismo, os PUAs oferecem técnicas de sedução com base na manipulação emocional e na desumanização das mulheres. A sobreposição entre esses grupos torna a machosfera uma rede complexa e interligada, em que diferentes formas de misoginia se articulam e se reforçam mutuamente. (celibatários involuntários), os MRAs (Men's Rights Activists – Ativistas pelos Direitos dos Homens), os MGTOW (Men Going Their Own Way – Homens Seguindo seu Próprio Caminho), e os PUAs (Pick Up Artists – Artistas da Sedução). Embora apresentem diferenças entre si, esses grupos compartilham a convicção de que a emancipação feminina é responsável pelo que percebem como "declínio civilizacional", e suas retóricas frequentemente culminam em discursos de ódio, intimidação e até violência física.

A radicalização desses discursos não se restringe à linguagem: ela se traduz em atos concretos e letais. Para este cenário Manne cunhou o termo "terrorismo misógino" que utiliza para designar a perigosa interseção entre misoginia, ressentimento e violência, especialmente nos casos em que mulheres são alvo de ataques motivados por ódio de gênero. Em 1989, no massacre da Escola Politécnica de Montreal, no Canadá, Marc Lépine assassinou 14 mulheres, alegando que elas estavam usurpando lugares dos homens na universidade. Esse ato foi motivado por seu ódio declarado ao feminismo. Anos depois, em 2014, o caso de Elliot Rodger, que matou seis pessoas e feriu outras treze na Califórnia antes de cometer suicídio, tornou-se emblemático da radicalização da ideologia incel. O manifesto deixado por Rodger expressava profunda frustração sexual, ressentimento misógino e desejo de vingança contra mulheres. Esses episódios são reconhecidos por estudiosos e autoridades como expressões de violência extremista motivada por misoginia, uma categoria analítica em consolidação na literatura especializada e nas políticas de segurança pública (Jane, 2017; Ging, 2019; Gotell & Dutton, 2016).

Silva aponta para o crescimento significativo da machosfera nas redes sociais e sua relação direta com discursos misóginos e práticas antidemocráticas. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e netnográfica para examinar comentários, postagens e interações em seis páginas do Instagram vinculadas a este movimento. Os resultados revelam que os integrantes dessas comunidades se definem como indivíduos "lúcidos", acreditando compreender a verdadeira realidade das relações de gênero, enquanto na prática reproduzem discursos que vitimizam os homens e reforçam uma visão falocêntrica e opressora das mulheres. Além disso, o estudo estabelece conexões entre a machosfera e a direita política brasileira, observando uma proximidade ideológica e discursiva, com pautas comuns relacionadas à manutenção da ordem patriarcal e ao combate ao feminismo.

A pesquisa também oferece uma reflexão crítica sobre como esses discursos vêm sendo naturalizados nas redes sociais inserindo o fenômeno da misoginia digital em contextos políticos mais amplos, evidenciando como esses discursos não apenas mobilizam comunidades online, mas também influenciam diretamente o cenário político e as políticas públicas. A misoginia digital tem sido utilizada como ferramenta de campanha por figuras públicas e partidos conservadores, muitas vezes associada à propagação de desinformação sobre temas de gênero e sexualidade. Durante processos eleitorais recentes, tanto no Brasil quanto internacionalmente, discursos misóginos e antifeministas foram amplamente disseminados em redes sociais para enfraquecer candidaturas femininas e deslegitimar pautas de equidade. Essa atuação tem impactos concretos na

formulação de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, que passam a ser vistas como ameaças à ordem tradicional, sendo, portanto, alvo de ataques sistemáticos. Como mostram as pesquisas recentes (Lima e Silva & Chacham, 2024), há uma convergência significativa entre os discursos masculinistas disseminados nas redes sociais e as pautas autoritárias, ultraconservadoras e antifeministas que sustentam o neoconservadorismo contemporâneo. O Gamergate – caso ocorrido em 2014, em que desenvolvedoras de jogos eletrônicos foram sistematicamente atacadas por homens organizados em fóruns como Reddit e 4chan – é outro exemplo clássico que revela como o ódio às mulheres pode ser articulado como movimento político e cultural. O caso serviu de trampolim para figuras como Milo Yiannopoulos e Steve Bannon, conectando o sexismo das redes à arquitetura política da Alt-Right nos Estados Unidos (Nagle, 2017).

Ao abordar essas questões, o livro também esclarece a lógica da chamada Red Pill – conceito derivado do filme *Matrix*, apropriado por grupos masculinistas para designar o "despertar" dos homens em relação ao que consideram uma sociedade injustamente favorável às mulheres. A retórica Red Pill é central para o recrutamento de jovens nos espaços da manosphere, e sua popularidade cresceu nos últimos anos com o avanço das redes de vídeos curtos, especialmente TikTok e Instagram.

A obra articula esses elementos a partir de um cuidadoso trabalho netnográfico, que inclui a análise de postagens no Instagram e X (antigo Twitter). O capítulo *De Olho nas Notícias: A mídia digital na construção do discurso de ódio sobre as mulheres*, de Lívia Karen Silva Almeida, investiga, através destas plataformas, como as páginas de informação e entretenimento **Choquei** e **Alfinetei** e o portal jornalístico **G1** tratam notícias envolvendo mulheres. A pesquisa considerou as postagens de maior repercussão entre maio de 2023 e maio de 2024, observando títulos, legendas, imagens e comentários, com o objetivo de identificar padrões que reforçam estereótipos de gênero e possíveis estímulos a discursos misóginos. A metodologia adotada permitiu mapear o tipo de conteúdo que alcança maior visibilidade e o modo como esses canais afetam a percepção pública sobre as mulheres.

Os resultados revelam uma distinção marcante entre os veículos analisados: enquanto o **G1** tende a adotar uma linguagem mais informativa e comprometida com os fatos, as páginas de entretenimento frequentemente recorrem ao sensacionalismo, apelando para manchetes chamativas, imagens impactantes e conteúdos que seguem tendências virais. Essa estratégia de engajamento, embora eficaz para alcançar grande audiência, contribui para a banalização da violência

simbólica e a reprodução de preconceitos e estigmas sobre as mulheres. O estudo mostra, assim, como a mídia digital pode tanto informar quanto reforçar estruturas de dominação simbólica, dependendo de sua abordagem editorial.

A relevância da obra também se evidencia pela análise de como a misoginia digital se associa à disseminação de fake news, à radicalização ideológica e ao populismo autoritário. Um estudo recente apontou que canais antifeministas no YouTube, por exemplo, acumulam milhões de visualizações mensais, ampliando significativamente o alcance dessas narrativas (Lewis, 2018). A presença de sites e canais misóginos no Brasil, como se observa em fóruns do Telegram e perfis de influenciadores antifeministas, reforça a ideia de que a misoginia não é uma anomalia do comportamento individual, mas parte de uma estrutura articulada e politicamente motivada.

Reforçando o que Silva apontou acima, o capítulo *O Ódio como Política: O caso das parlamentares nos pleitos eleitorais de 2018*, Wesley Ribeiro Cantão Silva e Márcia Sousa França analisam como o discurso de ódio se consolidou como estratégia recorrente no campo político brasileiro, especialmente no contexto da ascensão do bolsonarismo. A pesquisa evidencia como o ciberespaço foi apropriado por lideranças conservadoras, como Jair Bolsonaro, para disseminar não apenas suas pautas ideológicas, mas também para mobilizar o ódio como ferramenta de ação política, principalmente contra grupos socialmente marginalizados. O estudo centra-se nos ataques virtuais sofridos por duas parlamentares da esquerda, Manuela d'Ávila (PCdoB) e Talíria Petrone (PSOL), durante os períodos eleitorais de 2018 e 2024.

Através de análise de discurso e diálogo com a literatura especializada, o capítulo demonstra que as candidatas foram alvos de mensagens ofensivas baseadas em suas identidades de gênero, posicionamentos políticos e propostas progressistas. Esses ataques, amplificados pelas redes sociais, revelam uma misoginia estruturante que visa silenciar e deslegitimar mulheres na política, especialmente aquelas que confrontam o conservadorismo. A pesquisa mostra que o discurso de ódio não se apresenta apenas como linguagem violenta, mas como tática sistemática de exclusão política no ambiente digital, representando um desafio à democracia e à representatividade de gênero no Brasil.

A obra pretende mostrar que este discurso se espraia para diferentes setores da vida social e para isso estabelece uma intersecção importante entre a misoginia política e a religiosa revelando como estruturas de poder distintas – parlamentos e púlpitos – convergem no reforço da desigualdade de gênero. Enquanto no ambiente político o discurso de ódio é mobilizado para deslegitimar a atuação de mulheres em cargos de poder, como visto nos ataques contra

parlamentares progressistas, no campo religioso, determinadas lideranças utilizam da autoridade espiritual para naturalizar a subordinação feminina como preceito divino. Ambas as esferas operam em sinergia quando reforçam narrativas que culpabilizam mulheres, contestam sua autonomia e legitimidade em espaços públicos e disseminam representações estigmatizadas que contribuem para o silenciamento e a violência. Essa convergência entre fé e política constitui uma das faces mais resistentes do patriarcado contemporâneo, especialmente em contextos marcados pela expansão do conservadorismo moral e do fundamentalismo religioso.

O capítulo "Tarântulas, Pastores e Mulheres: Um rápido apontamento sobre cristianismo e misoginia", de Heraldo de Cristo Miranda, traz uma abordagem crítica sobre o papel das lideranças religiosas, especialmente pastores evangélicos brasileiros, na reprodução de discursos misóginos e no reforço de práticas patriarcais. Com base em falas, sermões e publicações feitas nas redes sociais e em livros de líderes religiosos, o texto evidencia como dispositivos de poder são mobilizados por esses agentes para perpetuar um regime de controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres. A pesquisa revela uma estrutura discursiva baseada em interpretações bíblicas enviesadas que reforçam a submissão feminina como valor espiritual, muitas vezes justificada como vontade divina ou dever moral. Assim, observa-se a construção de uma narrativa teológica que legitima a desigualdade de gênero e a culpabilização da mulher por conflitos familiares, abusos e até por violências sofridas.

A metáfora da "tarântula" é utilizada no capítulo para simbolizar a figura feminina construída pelo discurso religioso como ameaça à ordem moral, ao controle sexual e à autoridade masculina. Essa retórica, fundamentada em uma teologia conservadora, associa a mulher à tentação, à fraqueza moral e ao perigo social, o que acaba por justificar práticas de silenciamento, submissão e violência simbólica e material. O texto também chama atenção para o modo como tais discursos ecoam nas plataformas digitais, ampliando seu alcance e reforçando padrões misóginos no cotidiano. Ao articular o discurso religioso com a lógica da vigilância e da punição, o capítulo revela como o poder pastoral evangélico opera como um mecanismo eficaz na naturalização da desigualdade e no impedimento de avanços nos direitos das mulheres em contextos profundamente marcados por valores religiosos conservadores. A análise proposta convida a uma reflexão urgente sobre os efeitos dessa aliança entre religião, patriarcado e misoginia na formação de subjetividades e na organização das relações sociais no Brasil contemporâneo.

Por fim, o capítulo "Ódio ou Opinião: Dinâmicas do discurso de ódio e misoginia nas redes sociais" propõe uma reflexão aprofundada sobre os limites entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio no ambiente digital. A partir de uma análise crítica de perfis, vídeos e comentários em redes como YouTube, X e Instagram, o capítulo demonstra como influenciadores da direita política e figuras públicas utilizam estratégias de comunicação para disseminar conteúdos misóginos, escudando-se no argumento da opinião pessoal. Esses conteúdos, muitas vezes apresentados de forma sarcástica, polêmica ou provocativa, não apenas normalizam a violência simbólica contra as mulheres, como também estimulam reações agressivas nos comentários, formando ecossistemas tóxicos de interação. A ausência de moderação efetiva por parte das plataformas digitais favorece a reprodução desse conteúdo, evidenciando a lacuna entre as políticas de uso e a prática cotidiana das redes. O texto destaca que a banalização da misoginia na internet afeta diretamente o debate público e as políticas de equidade, tornando o espaço digital um campo fértil para a reprodução de desigualdades históricas.

O capítulo também se debruça sobre a lógica da monetização da misoginia nas plataformas. Criadores de conteúdo que propagam visões antifeministas frequentemente obtêm altos índices de visualização e engajamento, o que atrai publicidade e recursos financeiros, criando um ciclo perverso no qual o ódio se converte em lucro. A pesquisa mostra que muitos desses influenciadores se articulam em torno de estéticas visuais e narrativas que ressoam com os discursos da machosfera, fortalecendo uma rede de produtores e consumidores de conteúdo hostil às mulheres. A autora aponta ainda a conivência de algoritmos que privilegiam conteúdos polarizadores, maximizando sua circulação. Ao abordar a complexidade dessa dinâmica, o texto convida o leitor a repensar os critérios que definem o que é opinião legítima e o que constitui violência discursiva. Ao final, reafirma-se a necessidade urgente de políticas públicas, regulações e práticas pedagógicas que enfrentem a misoginia digital, sem abrir mão do compromisso com os direitos fundamentais e a liberdade de expressão enquanto valor democrático.

Desconectando Nós é, portanto, uma contribuição necessária e urgente, que reúne teoria crítica, rigor metodológico e engajamento social para mapear, denunciar e desnaturalizar as violências que as mulheres vêm enfrentando na esfera digital. Por meio dele somos convocados à escuta, à crítica e à ação. Ao revelar os nós invisíveis que sustentam a misoginia nas redes, a autora nos convida a desconectá-los — um por um — com conhecimento, solidariedade e compromisso com a justiça.

Referências

ADOLESCÊNCIA. Direção: Lucy Forbes. Produção: Clerkenwell Films. Reino Unido: Netflix, 2024. 1 série televisiva (6 episódios), son., color.

GING, Debbie. Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere. **Men and Masculinities**, v. 22, n. 4, p. 638–657, 2019.

GOTELL, Lise; DUTTON, Emily. Sexual Violence in the “Manosphere”: Antifeminist Men’s Rights Discourses on Rape. **International Journal for Crime, Justice and Social Democracy**, v. 5, n. 2, p. 65–80, 2016.

JANE, Emma A. **Misogyny Online: A Short (and Brutish) History.** SAGE Publications, 2017.

LEWIS, Rebecca. Alternative Influence: Broadcasting the Reactionary Right on YouTube. **Data & Society Research Institute**, 2018. Disponível em: <https://datasociety.net/library/alternative-influence/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MANNE, Kate. **Down Girl: The Logic of Misogyny.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

NAGLE, Angela. **Kill All Normies: Online Culture Wars From 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right.** Winchester: Zero Books, 2017.

ONU MULHERES. **Violência online contra mulheres: um problema crescente.** 2021. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SAFERNET BRASIL. **Relatório Anual de Atividades.** 2023. Disponível em: <https://www.safernet.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Capítulo I

LUCIDEZ OU DELÍRIO MASCULINISTA? A REAFIRMAÇÃO DO PATRIARCADO NAS REDES SOCIAIS

Adryan Cesar Benjamin da Silva

RESUMO: Com o crescente aumento de princípios que almejam a continuidade da subalternização de corpos femininos e manutenção do sistema patriarcal, o movimento masculinista, também alcunhado de “machosfera”, se destaca e cresce proporcionalmente. A machosfera se expande, sobretudo, a partir de subgrupos e comunidades que não somente hasteiam bandeiras de caráter misógino, como também de violações antidemocráticas estimuladas no campo das redes sociais. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender os discursos de ódio contra mulheres provenientes de páginas e comunidades pertencentes ao movimento masculinista no *Instagram*, analisando, também, as correlações das pautas levantadas desse movimento com a direita política brasileira. Este estudo concentra-se na análise netnográfica e qualitativa acerca de comentários, publicações e interações que estimulam a reprodução do comportamento falocêntrico nas principais páginas e comunidades pertencentes ao movimento masculinista, assim como discursos políticos da direita brasileira no *Instagram*, aliando as literaturas que circundam a temática, para fundamentar as análises. A partir da análise de 6 páginas, evidenciou-se que as pessoas alinhadas à ideologia masculinista se autodenominam por “lúcidos”, no que diz respeito à realidade, eufemizando seus discursos e vitimizando a figura masculina. Por fim, este trabalho refere-se a uma reflexão advinda de uma pesquisa ainda em andamento, portanto, sem presunção de respostas conclusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento masculinista; redes sociais; discurso de ódio.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as categorias de gênero, discurso de ódio e redes sociais tem, a passos lentos, tomado lugar na academia. A violência de gênero, a partir das interações no meio digital, encontra margem para atuar no ambiente além do físico. Este texto tem como objetivo a compreensão da misoginia presente nos discursos de ódio no *Instagram*, advindos de páginas e comunidades que produzem conteúdos do chamado movimento masculinista, também conhecido como machosfera. A machosfera corresponde à proliferação de páginas e perfis nas redes sociais que defendem o ódio às mulheres e ao feminino.

Sobre discurso de ódio nas redes sociais, Trindade (2022) afirma que se refere a uma prática que tem se tornado cada vez mais recorrente, e consiste em transmitir conteúdos de intolerância religiosa, xenofobia, machismo e racismo a

indivíduos ou grupos minoritários, sendo potencializados com as tecnologias de comunicação. Através da internet, os indivíduos se encontram e se conectam como se fossem pontos isolados, que se unem através da disseminação de notícias com teor de preconceito e discriminação, direcionados a certos grupos sociais, o que acaba atraindo maior atenção e participação dos usuários das plataformas digitais.

Amparadas em uma falsa ideia de anonimato, as pessoas que disseminam discurso de ódio esperam não ser responsabilizadas pelos ataques, utilizando-se do argumento de que estão expondo uma opinião, tornando, assim, mulheres e o feminino um dos principais alvos de seus ataques. Trindade (2022) esclarece que destilar sentimentos de ódio contra mulheres na internet não se trata de algo fortuito, mas, na verdade, revela uma ação intencional de colocá-las, ainda que simbolicamente, em um lugar de subalternidade e inferioridade social.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo principal compreender os discursos de ódio contra mulheres provenientes de páginas e comunidades pertencentes ao movimento masculinista no *Instagram*, analisando, também, as correlações das pautas levantadas desse movimento com a direita política brasileira.

Os resultados apresentados (de modo preliminar) aqui foram coletados no contexto do projeto de pesquisa **A machosfera e a disseminação de ódio às mulheres nas redes sociais**, aprovado e executado conforme o Edital 01/2024/DPPI/IFPA/Campus Belém/CONNECTA GP, e também do projeto **Discurso de Ódio e Misoginia em Páginas Masculinistas nas Redes Sociais**, de acordo com o Edital 07/2024/PROPPG/IFPA/FAPESPA, ambos vinculados ao Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC) do Instituto Federal do Pará (IFPA).

Dessa maneira, a metodologia utilizada está baseada em análise de caráter qualitativo e netnográfico, com atenção à percepção de gênero presente na disseminação de conteúdos nas redes sociais, entre os anos de 2024 e 2025, em

páginas autodenominadas masculinistas ou disseminadoras de conteúdo falocêntrico. Diante disso, contamos como aporte teórico as contribuições de Scott (1990), Trindade (2022), Kimmel (2013), dentre outras.

Partindo de um levantamento inicial, foram utilizadas, como base de pesquisa, as chamadas *hashtags*, na própria ferramenta de busca do *Instagram*, bem como os mesmos termos em navegador de internet direcionadas ao *Instagram*. Para isso, fizemos uso de palavras como “#redpill” “#mgtow” “#sedução”, em que foi possível encontrar 6 páginas de conteúdo masculinista, que passaram a ser foco deste trabalho.

Por conseguinte, nosso trabalho está organizado em dois itens para discussão dos resultados. O primeiro deles trata-se da contextualização, sob um aspecto geral, acerca do movimento masculinista e seus subgrupos, bem como as principais pautas que defendem. Este momento será sucedido, no item seguinte, por um recorte sobre os perfis analisados, seus discursos e atrelamentos com demandas da direita e extrema direita política brasileira.

2 SUBGRUPOS MASCULINISTAS, SUAS BANDEIRAS E A REAFIRMAÇÃO DO PATRIARCADO

O movimento masculinista tem se expandido extraordinariamente nos últimos anos, particularmente com a ascensão da ideologia autoritária e dos ataques antidemocráticos às instituições brasileiras (Lima-Santos e Santos, 2023). Apresenta-se como uma das formas de proliferação e manutenção dos princípios de subalternização de mulheres, do feminino e de outras minorias sociais. Segundo Lima (2023, p. 16):

A machosfera é um conjunto de espaços virtuais de associação e de apoio exclusivo para machos. Esses ambientes – de e para homens – expandem e ramificam-se para diversas redes sociais, fóruns, blogs e plataformas digitais. A machosfera, inicialmente concebida como

espaço de fortalecimento masculino e para que homens pudessem discutir sobre assuntos que os atravessam, transformou-se rapidamente em um ambiente altamente misógino e de propagação de discursos de ódio contra as mulheres.

As pessoas alinhadas à ideologia masculinista se autodenominam como “lúcidos”, no que diz respeito à realidade, sociedade e estrutura social. No entanto, o movimento não possui um caráter homogêneo, havendo divergências e convergências que os diferenciam entre si. Segundo a cientista social Bruna Camilo de Souza Lima e Silva, em reportagem ao G1, fruto de sua tese em doutorado, em 2023, os principais grupos masculinistas subdividem-se em: a) **Redpill**: pregam que é necessário se aproveitar das mulheres e torná-las submissas para recuperar a virilidade perdida; b) **Incel**: autointitulados "celibatários involuntários", culpam as mulheres por não conseguirem ter relações sexuais e endossam violência contra qualquer grupo sexualmente ativo, inclusive contra comunidades LGBTQIAPN+; c) **MGTOW**: sigla para "man going their own way" (em português, "homens seguindo o seu próprio caminho"), acreditam que a sociedade deve romper com as mulheres porque, segundo eles, o feminismo tornou as mulheres perigosas.

Dessa maneira, a partir do uso de *hashtags*, tanto no *Instagram* como em navegador de *internet*, obtivemos uma diversidade de conteúdos, sobretudo conteúdos masculinistas, que vieram como notícias, imagens, vídeos e perfis de rede social. Destes, separamos abaixo 6 dos perfis, para serem analisados, sendo 4 deles perfis pessoais, ou seja, que recebe o nome e é gerido por uma pessoa, e 2 perfis gerais. São eles:

Quadro 1: Perfis que se apresentam alinhados ao movimento masculinista no Instagram

Perfil	Número de seguidores	Descrição da bio
@ThiagoSchutzOficial	435 mil seguidores	Principal influencer da redpill. Suas postagens no feed tratam quase exclusivamente das relações de gênero e orientações quanto ao comportamento de mulheres, além de orientações sobre como o homem (heterossexual) deve se comportar em um relacionamento.
@Marcelobrigadeiro	192 mil seguidores	Conteúdo de artes marciais e relações de gênero, focado na figura de homem protetor e em comportamento das mulheres socialmente.
@RedCastOficial	111 mil seguidores	Página dedicada a cortes do canal Redcast no Youtube, com conteúdos variados entre <i>podcast</i> propriamente dito e experimentos sociais ¹ , quase integralmente relacionados às relações sociais.
@Ojuniormasters	110 mil seguidores	Anteriormente “Submundointelectual” se autoidentifica como “Especialista em Comportamento Humano e Atração Sexual”, e trata de questões masculinistas sobre alfa/blue pill/beta, além de ser o apresentador do “RedCast”.
@ChadRedPill	55 mil seguidores	Perfil dedicado à publicação de “memes” da cultura <i>redpill</i> , focado na desvalorização do feminino.
@Ladyredpilloficial	30,9 mil seguidores	Perfil de influencer feminina alinhado aos conteúdos masculinistas em defesa à figura masculina. Trata dos homens como vítimas da sociedade atual.

Fonte: Trabalho de Campo no Instagram, 2025.

¹ Esses experimentos sociais dizem respeito a entrevistas, perguntas ou testes que são feitas a pessoas no ambiente público, e que buscam opiniões sobre pautas e discussões que defendem e/ou trazem engajamento/polêmica.

Para fundamentação das análises, partimos de perspectiva netnográfica, que, segundo Kozinets, Scaraboto e Parmentier (2018):

tem como base a perspectiva de um ser humano corporificado, temporalmente, historicamente e culturalmente situado com formação antropológica, que requer compreensão cultural, por meio de uma análise mais aprofundada da experiência online contemporânea das pessoas, relacionando elementos como identidade, linguagem, ritual, imagética, simbolismo, papéis, valores, histórias, mitos e, especialmente, significados (*apud* MORAIS, SANTOS, GONÇALVES, 2019).

Fazendo uma análise sobre como esses perfis se definem no *Instagram*, como também os conteúdos que mais são divulgados por eles, nota-se que abordam, prioritariamente, como o homem deve se comportar em um relacionamento romântico e como deve tratar uma mulher. Além disso, também se intitulam defensores dos direitos dos homens, o que está afinado com a definição de masculinismo feita por Souza Lima e Santos (2023).

Nesse sentido, pensando o discurso de ódio contra as mulheres nas redes sociais, as práticas e discursos dos perfis citados podem ser entendidos como misoginia, tendo em vista o alinhamento com ideais de inferiorização e aversão às mulheres.

Segundo Scott (1990), gênero se refere a uma das primeiras formas de organização das relações sociais, e que está presente em toda a história das civilizações humanas, porém com diversos significados sociais, e relacionadas às questões de poder. Podemos dizer que ainda que o movimento masculinista se subdivida em vertentes diferentes, em sua essência, estão alinhados à manutenção da estrutura patriarcal já estabelecida. Os adeptos do movimento masculinista, eufemizando seus discursos, levantam pautas que perpassam por uma vitimização da figura masculina em consequência dos avanços conquistados pela causa feminista, posicionando-se integralmente contrários a esta, de modo

que, para eles, as feministas seriam "castradoras que têm uma aversão obsessiva a qualquer coisa masculina" (Kimmel, 2013, p. 115).

Lerner (2019) tratou das origens do patriarcado como um sistema político que coloca os homens na hegemonia do poder. O sistema patriarcal surge e mantém a sua força nas mãos dos homens, em uma articulação entre instituições, que corroboram para tal, como Estado, política, família, economia e religião. Essa mesma autora também chama atenção para o fato do patriarcado ser um obstáculo para uma igualdade de direitos e prestígio social entre homens e mulheres.

O patriarcado, portanto, pode ser entendido como a história de dominação masculina e, conseqüentemente, exclusão das mulheres das esferas de poder e de decisão. Para além disso, Lerner (2019) destaca que o patriarcado criou muito bem o discurso de subordinação, pois são as próprias mulheres que acabam reproduzindo essa estrutura através do processo de socialização. Por outro lado, o que verificamos com o movimento masculinista é a ação de homens pelo fortalecimento da ordem patriarcal, demonstrado a partir da efetivação da crescente em relação à machosfera.

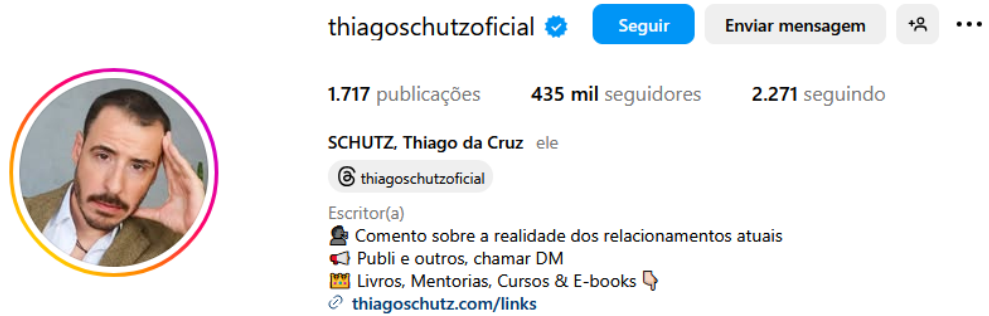
3 AS PÁGINAS ANALISADAS NO *INSTAGRAM* E A DISSEMINAÇÃO DO ÓDIO ÀS MULHERES

Apesar dos referidos subgrupos masculinistas possuírem grande relevância no crescimento da misoginia no âmbito digital, os discursos de ódio contra mulheres nem sempre são suficientemente claros para serem classificados como pertencentes a um deles. No entanto, é viável considerar que esses discursos estão atrelados a uma pauta masculinista que tenta legitimar comportamentos masculinos de misoginia.

No perfil do Thiago Schutz, no Instagram, sua publicação de *stories*, - ferramenta de exposições efêmeras e curtas no *Instagram* -, em sua maioria, trata

de responder questões levantadas por seguidores em relação às mulheres, além de divulgação de seus materiais de conteúdo masculinista.

Figura 1 - Página de Thiago Schutz no *Instagram*



Fonte: Captura de tela, 2025.²

No perfil de Marcelo Brigadeiro, na figura 2, nota-se um estímulo para atração de novos seguidores sob a perspectiva de que o mesmo já teria conquistado tudo. Há uma grande quantidade de cortes em *reels* - vídeos curtos que permanecem no perfil - onde participa de entrevistas dialogando sobre temas polêmicos, sobretudo acerca de comportamento masculino e feminino em relacionamentos.

Figura 2 - Página de Marcelo Brigadeiro no *Instagram*



Fonte: Captura de Tela, 2025.³

² Disponível em: <<https://www.instagram.com/thiagoschutzoficial/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/marcelbrigadeiro/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

No perfil a seguir, apesar de não possuir formação aparente e dialógica com a temática, se diz especialista em comportamento humano e atração sexual. Possui *reels* fixados em seu perfil tratando sobre comportamento masculino em relação a construção individual, além de destaques - *stories* que podem ser revistos no perfil - respondendo questões que seguidores levantam, geralmente no âmbito das relações românticas. Nos escritos iniciais do perfil, também faz divulgação de seu *Ebook* sobre “mercado sexual”.

Figura 3 - Página de Júnior Masters no *Instagram*



Fonte: Captura de Tela, 2025.⁴

O perfil de @ladyredpilloficial, na figura 4, chama a atenção por se tratar de uma mulher que defende o “direito dos homens”. Sempre traz vídeos polêmicos no *feed* e discursa sobre tal direito, seus conteúdos estão voltados ao tratamento dos homens como figuras subalternizadas na atual estrutura social.

⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/ojuniormasters/>> . Acesso em: 20 mar. 2025.

Figura 4 - Página de Lady Redpill no *Instagram*

Fonte: Captura de Tela, 2025.⁵

Este perfil dedica-se ao compartilhamento da programação do *podcast* advindo da plataforma *Youtube*, além de divulgação nos *stories*. Além disso, frequentemente faz postagens - dos recortes provenientes do programa - que geralmente estão pautadas em conteúdos misóginos e/ou relações sociais. Em sua *bio* faz propaganda para o perfil de seu apresentador (mencionado anteriormente) e para o *Ebook* do mesmo.

Figura 5 - Página do Redcast no *Instagram*

Fonte: Captura de Tela, 2025.⁶

Este perfil pretende um humor ácido utilizando de sátiras acerca de pautas igualitárias, geralmente feministas, além de promover a subalternização de mulheres, onde é possível localizar em seu perfil a *hashtag*

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/ladyredpilloficial/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/redcastoficial/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

“#normalizfatshaming”, acompanhado de vídeos curtos de mulheres, em uma espécie de movimento para naturalização da gordofobia.

Figura 6 - Página de ChadRedpill no Instagram



Fonte: Captura de Tela, 2025.⁷

Segundo Lins (2020, p. 166):

Combinando inovações técnicas e/ou digitais, redes sociais compreendem diversas plataformas que permitem aos usuários/participantes produzir e circular conteúdos, trazendo à baila transformações nas lógicas de colaboração, compartilhamento e socialização

Tal afirmação permite refletirmos acerca das páginas referidas anteriormente. Nota-se que as 4 primeiras, de caráter pessoal, estão atreladas a compartilhamentos de ensino ou os chamados *coachs* em evolução e desenvolvimento pessoal masculino, pessoas que a priori não possuem formação às exposições feitas, mas que possuem milhares de seguidores de suas dicas. Enquanto as demais páginas, não individualizadas e de conteúdos mais gerais, estão pautadas em “memes”, publicação de cortes de vídeos de entrevistas ou “experimentos sociais”, que tocam sob tom jocoso ou de desaprovação em importantes pautas defendidas pelas causas feministas, LGBTQIAPN+ ou mesmo raciais, não abandonando, ainda assim, o apoio a homens.

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/chadredpill/>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

O masculinismo (e sua lógica patriarcal) trata-se de um sistema frequentemente defendido em bandeiras levantadas pela extrema direita e pela direita política brasileira. Nesta lógica, os indivíduos racializados, as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+ são corpos que precisam estar assujeitados (Lima, 2023).

Silva (2023) traz a demonstração de um discurso de caráter masculinista advindo do Deputado Federal do Partido Liberal (partido majoritariamente alinhado à direita e extrema direita) Nikolas Ferreira, que é conhecido por levantar bandeiras misóginas, publicadas pelo mesmo em suas redes sociais. Nesta situação, o referido deputado afirma que “feminismo é doença” (FERREIRA, 2022, *apud* SILVA, 2023, p. 94), aliando-se à ideia de “antifeminismo” carregada pelo movimento masculinista. Para além disso, Silva (2023) elucida que o vocabulário masculinista não se trata de um vocabulário comum, portanto quem utiliza sabe o que está utilizando. Eduardo Bolsonaro, do Partido Liberal (2025), utiliza o termo *Redpill* em suas redes sociais, o que demonstraria um acervo masculinista em seu vocabulário, apesar de, segundo Silva, não haver possibilidade de afirmação como parte integrante da comunidade a partir deste fator.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Diante do exposto, inferimos que as práticas do discurso de ódio estão intimamente ligadas às relações de poder e subordinação, tendo os grupos e subgrupos do movimento masculinista como grandes apoiadores e propagadores. Podemos dizer que tais grupos ganham força nas redes sociais devido ao sentimento de anonimidade, na qual o campo da “virtualidade” (termo que traz consigo a problemática de um eufemismo em relação aos efeitos concretos dos crimes e produções do espaço cibernético) e do sentimento de impunidade produzem. Tal temática surge no *Instagram* de diversas maneiras, seja partindo de páginas dedicadas a um mercado crescente de *coachs* de atração

sexual e desenvolvimento pessoal, ou seja, partindo de páginas dedicadas a “memes” e/ou entrevistas e produções de cunho falocêntrico.

O movimento masculinista e o patriarcalismo demonstraram-se muito bem representados no campo da política brasileira, sobretudo nas intenções propostas pela direita e extrema direita. Os exemplos alertam para uma relação no que diz respeito a pautas que se propõem como impeditivas a importantes objetivos que dizem respeito à luta por direitos igualitários

A proposta em relação ao título do trabalho se dá em virtude do surgimento de uma suposta lucidez iluminada, desprendida de fatores concretos que, como foi expresso no decorrer desta exposição, está ligada a uma vitimização da figura masculina. A história, os noticiários e o conteúdo deste trabalho deixam claro que, apesar das grandes conquistas que as causas igualitárias alcançaram, ainda estamos longe da perspectiva de uma equidade, sobretudo no digital, em relação ao campo de gênero.

Por fim, salientamos que a produção contida neste trabalho se trata de uma reflexão que advém de uma pesquisa ainda em andamento, atuando, no âmbito deste trabalho, sem presunção de respostas conclusivas.

REFERÊNCIAS:

A SEITA violenta ligada aos ‘vikings’ da invasão do Capitólio. [S. L.: s. n.], 2021. 1 vídeo (18 min). Publicado pelo canal BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EX6H0-QnOxs> Acesso em: 20 de março de 2025.

SILVA, Bruna Camilo. **Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. Tese – PUCMG: Belo Horizonte, 2023. Disponível em: http://biblioteca.pucminas.br/teses/CienciasSociais_BrunaCamiloDeSouzaLimaESilva_30430_Textocompleto.pdf.

G1. **Redpill, Incel, MGTOW: entenda o que acontece em grupos masculinos que pregam ódio às mulheres**. 03 março de 2023. Disponível em

<<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/03/redpill-incelel-mgtow-entenda-o-que-acontece-em-grupos-masculinos-que-pregam-odio-as-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 20 de março de 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história de opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA-SANTOS, A. V. de S., & SANTOS, M. A. dos. (2022). **Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital**. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 22(3), 1081-1102. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.69802>

LIMA, Christian. **Movidos pelo ódio: a machosfera e o desejo de supremacia masculina**. TCC (Bacharelado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Brasília (UnB). Brasília, p. 62. 2023.

LINS, Beatriz Accioly. **A internet é o celular: uma antropóloga entre smartphones, câmeras frontais e redes sociais**. *Revista Internet & Sociedade*, v. 2, p. 150-177, 2020.

MORAIS, Greiciele Macedo; SANTOS, Valdeci Ferreira dos; GONÇALVES, Carlos Alberto. **Netnografia: origem, fundamentos, evolução e desenvolvimentos axiológicos e metodológicos na pesquisa em administração**. In: *Anais do Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas*. Uberlândia (MG) UFU, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ifbae/136556-NETNOGRAFIA--ORIGEM-FUNDAMENTOS-EVOLUCAO-E-DESENVOLVIMENTOS-AXIOLOGICOS-E-METODOLOGICOS-NA-PESQUISA-EM-ADMINIST>. Acesso em: 20 de março de 2025.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott**. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de Ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos Plurais)

Capítulo II

DE OLHO NAS NOTÍCIAS A MÍDIA DIGITAL NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO SOBRE AS MULHERES

Lívian Karen Silva Almeida

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi analisar como as notícias relacionadas ao gênero feminino são abordadas e publicadas nas páginas de entretenimento Choquei e Alfinetei, no Instagram e X, e no jornal digital G1. Foram analisadas notícias que tinham mulheres como foco, observando a forma de divulgação das notícias (manchetes, legendas, imagens) e, também, nas interações dos comentários. Como procedimento metodológico, selecionamos as notícias que mais repercutiram no período de maio de 2023 a maio de 2024, para mapear semelhanças e diferenças, como também possíveis incentivos a estereótipos, preconceitos e discursos de ódio contra as mulheres. Observou-se uma diferença significativa na abordagem das informações entre os canais de transmissão. Enquanto o jornal digital tende a ter uma postura jornalística mais informativa e baseada na veracidade dos fatos, as páginas de entretenimento demonstram priorizar o sensacionalismo e a desinformação, utilizando de títulos atrativos e apelativos, imagens impactantes e focando em noticiar conteúdos que estão em alta nas redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso de ódio; Gênero; Páginas de entretenimento.

1 INTRODUÇÃO

De que forma a publicação de notícias sobre mulheres nas mídias digitais contribui para a disseminação de discursos de ódio contra elas? Através desse questionamento, esse trabalho tem como objetivo analisar a abordagem e a publicação de notícias relacionadas ao gênero feminino nas páginas de entretenimento Choquei e Alfinetei, dentro das plataformas do Instagram e do X (Antigo Twitter), como no jornal digital G1. O estudo buscou identificar se há a presença de estereótipos, preconceitos, discriminações e discursos de ódio (seja explícita ou velada) na forma como notícias sobre as mulheres são publicadas, assim como identificar semelhanças e/ou diferenças na maneira como esses veículos tratam o tema.

Considerando as mudanças dos meios de comunicação e o surgimento e popularização dos smartphones, a forma como interagimos socialmente foi transformada (Lins, 2020). A abordagem de Souza (2015) destaca que a internet rompe o conceito tradicionalista de “mídia” que se limitava à uma simples

transmissão de informações. Com a digitalização da sociedade, a mídia tornou-se parte essencial da rotina, abrangendo todo processo que depende da tecnologia digital e transformando a maneira que consumimos e compartilhamos conteúdos escritos, sonoros e visuais. Nesse contexto, com a fluidez e o rápido acesso às informações na Internet, essa dinâmica gera uma variedade de conteúdos por minuto nas redes sociais, impulsionada por canais de comunicação, como as páginas de entretenimento. Entretanto, ao repassar essas informações ao público, pode acontecer dessas páginas adotarem uma postura que favorece a desinformação e o sensacionalismo.

As redes sociais desempenham papel fundamental no conjunto social, e devido às mudanças tecnológicas, plataformas como X, Facebook, Youtube, Instagram abriram portas para a comunicação instantânea. No entanto, esse ambiente digital se tornou um campo fértil para a disseminação de discurso de ódio, um sentimento que está enraizado na sociedade e que é amplificado pelas tecnologias de comunicação. Na internet, os indivíduos se encontram, se conectam, como nós soltos que se unem através do sentimento de preconceito e ofensas a determinados grupos sociais (Trindade, 2022). Além disso, essas plataformas dependem dessa troca massiva entre os usuários, que não se resume apenas a prática textual, mas também a utilização de imagens, áudios e vídeos.

Ao lançar um olhar para os comportamentos de preconceito e intolerância contra mulheres nas redes sociais, é de suma importância abordar a categoria gênero. Joan Scott (1990) afirma que o gênero é uma das formas primárias de constituição das relações sociais, presente em todas as épocas históricas, mas com diversos significados sociais, e que estão intimamente ligadas com relações de poder e subordinação. Esta autora mostra que a consolidação do gênero como categoria de análise histórica enfrentou uma série de resistências para se estabelecer nas pesquisas acadêmicas, por atacar as estruturas de poder que privilegiam os homens e as características masculinas.

Para a análise, foram selecionadas publicações que tinham mulheres como foco principal, realizadas entre maio de 2023 e maio de 2024, nos perfis das

páginas de entretenimento Choquei e Alfinetei no Instagram. A escolha das páginas utilizou o critério de maior número de seguidores, chegando à Choquei, que conta com 21,3 milhões de seguidores e à Alfinetei, com 23,8 milhões⁸. No X, a Choquei possui 8,3 milhões de seguidores e a Alfinetei, 1,3 milhões. O jornal digital G1 foi selecionado sob o critério de ter acesso gratuito aos comentários e com ampla visibilidade no Brasil e conta com mais de 55 milhões de usuários mensais.⁹

Em relação à pesquisa de campo nas referidas plataformas, foram utilizados filtros por nome/data para fins de identificação das notícias no jornal digital e na rede social X, utilizando os termos: mulher, discurso, violência. Visando observar se há um padrão de manchetes dessas notícias e sua influência na opinião de seus seguidores, também foram analisados os comentários que tais postagens receberam e perceber se há possíveis referências ao ódio contra as mulheres.

Os resultados preliminares apresentados aqui são um recorte da pesquisa de iniciação científica intitulada **O impacto da notícia: violência de gênero nas publicações de jornais e atualidades nas redes sociais**, aprovado no Edital N. 05/2024 - PIBICTI/PROPPG/IFPA/CNPq, vinculada ao Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC) do Instituto Federal do Pará (IFPA).

Sendo assim, este texto está organizado em duas seções. Na primeira, há uma abordagem histórica sobre o jornalismo, bem como quais dados foram obtidos a partir da análise geral das páginas de entretenimento e a forma de publicação de notícias sobre as mulheres. Além disso, ainda na seção um, trato do conceito de discurso de ódio, segundo Luiz Valério Trindade (2022). Na segunda seção, são apresentadas as notícias sobre mulheres encontradas nas páginas de entretenimento e no jornal digital, bem como a análise de cada uma delas.

⁸ Número de seguidores presente na plataforma do Instagram e no X em maio de 2024.

⁹ Número de usuários foi informado pelo site do G1 em maio de 2024.

2 O QUE HÁ NAS PÁGINAS DE ENTRETENIMENTO?

O jornalismo tradicional enfrentou desafios com a ampliação da internet, pois, em contraste com o jornal impresso, o leitor passou a ter mais controle sobre o que acessa e com o que interage, retirando parte do poder da imprensa tradicional. Em meio a esse cenário, o jornalismo teve que se adaptar urgentemente e daí surge uma nova categoria jornalística diretamente ligada com a internet: o webjornalismo. Essa vertente é rica na variedade de formatos, como som, imagem e texto, e permite ao usuário escolher como obter informações e de que maneira se expressar nesse meio. Com o fortalecimento da interatividade, o usuário não apenas pode consumir o conteúdo, mas também pode produzi-lo, causando a sensação de se tornar um “jornalista” (Sousa, 2008).

No cenário das redes sociais, em específico nas plataformas Instagram e X, há páginas com conteúdos diversos, mas as páginas que ganham mais destaque são as de entretenimento, popularmente conhecidas como “páginas de fofoca”. Com o propósito de fornecer aos usuários informações minuto a minuto, sobre uma variedade de assuntos, as páginas que foram analisadas neste trabalho focam no jornalismo de celebridades. Segundo Teles (2022), essa abordagem jornalística busca acompanhar e expor sobre a vida pessoal e profissional de figuras públicas, atendendo a uma sociedade que consome instantaneamente esse conteúdo.

Para abordar sobre o discurso de ódio online, Luiz Valério Trindade (2022) o define como a prática de transmitir conteúdos ideológicos de preconceito, xenofobia, misoginia e racismo a indivíduos ou grupos minoritários, destacando que esse movimento tem se tornado bastante frequente nas redes sociais. O autor também afirma que essa prática não ocorre de maneira acidental, mas de forma intencional, e que existe um perfil específico de ataque. Trindade (2022) revela que o discurso de ódio nas redes sociais está ligado ao processo de formação da identidade social e política do Brasil, sustentada no seu passado colonial e escravocrata.

A análise das postagens sobre mulheres nessas páginas revelou um comportamento comum por parte da Choquei e Alfinetei. Ambas adotam uma postura irônica ao transmitir as informações, tendo como ponto forte a utilização de fotos chamativas, buscando prender a atenção do usuário para que o mesmo se sinta instigado a comentar. Além disso, fomentam o discurso de ódio com o uso de manchetes distorcidas e legendas tendenciosas ou incompletas, visando viralizar, gerar polêmica e aumentar o engajamento.

Uma tática que ocorre de maneira frequente na página da Choquei é a replicação de conteúdos. A Choquei reproduz no Instagram o mesmo título utilizado no X, mas apresenta a notícia como se tivesse sido publicada por terceiros, sejam eles pessoais ou de outras páginas de entretenimento com menor visibilidade, mesmo notícias de sua autoria.

A Choquei, que se autodenomina na biografia do Instagram como o maior perfil de notícias do Brasil, deveria transmitir com mais detalhes os assuntos abordados. No entanto, ao agir com superficialidade, acaba facilitando o caminho para a desinformação e interpretações equivocadas, acarretando na disseminação de comentários ofensivos à figura exposta, nesse caso, à mulher exposta.

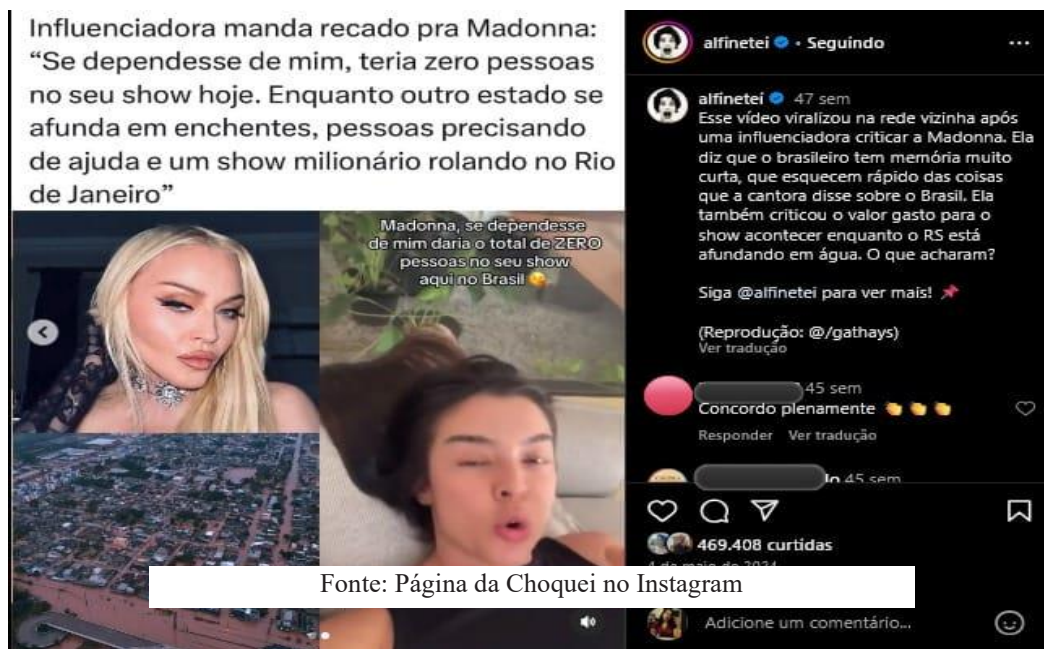
3 AS NOTÍCIAS SOBRE MULHERES

Partindo para a análise das notícias publicadas sobre mulheres nas redes sociais, foram selecionadas cinco postagens, em diferentes contextos: a) Bruna Biancardi, que repercutiu com situações de deslealdade afetiva por parte do seu parceiro, Neymar Júnior, em junho de 2023; b) Luísa Sonza, que expôs em rede nacional a infidelidade cometida pelo seu parceiro Chico Veiga (Chico Moedas, como ele é conhecido nas redes sociais), em setembro de 2023; c) Ana Hickmann que foi vítima de violência doméstica, patrimonial e psicológica cometido por Alexandre Corrêa, que era seu marido na época do ocorrido, em novembro de 2023; d) Beatriz Reis, participante do reality show Big Brother Brasil, em abril de

2024; e) Madonna, que esteve no Brasil para realizar um show gratuito na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2024. Para fins de análise neste trabalho, optou-se por apresentar apenas as três mais recentes

A vinda da cantora Madonna ao Brasil teve grande destaque e repercussão devido à sua apresentação na Praia de Copacabana, em maio de 2024, que marcava o final da sua turnê de comemoração aos seus 40 anos de carreira. Sua estadia no Brasil coincidiu com as tragédias ocorridas pelas inundações no Rio Grande do Sul¹⁰, resultando em diversas associações negativas entre sua imagem e os desastres, ilustrado na figura 1¹¹, além do seu show ter sido taxado como polêmico.

Figura 1- Comparação entre a repercussão sobre a vinda da Madonna ao Brasil e as enchentes no Rio Grande do Sul



¹⁰ Ocorrida entre o final de abril e começo de maio de 2024, no estado do Rio Grande do Sul, que foi marcado por um dos maiores desastres climáticos de sua história. Chuvas intensas provocaram inundações que afetaram 478 municípios, resultando em 183 mortes e deslocando mais de 442 mil pessoas de suas residências.

¹¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C6kF7zKO3xh/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA>. Acesso em: maio de 2024.

Como exposto acima, foram publicadas diversas associações entre a estadia da Madonna no Brasil e as enchentes no Rio Grande do Sul. Entre as notícias falsas que também emergiram nesse contexto, destacou-se a alegação de que o Governo Federal teria financiado o evento ao invés de direcionar o recurso ao Estado e às vítimas das inundações. Posteriormente essa informação foi desmentida pelo próprio Governo, esclarecendo que não teria nenhuma ligação com o financiamento do show. Apesar de terem desmentido, páginas como a Alfinetei não publicaram sobre essa informação, continuaram explorando o engajamento gerado por essa desinformação. Assim como, a imagem de Madonna foi frequentemente associada a algo “satânico” e “pornográfico”, como foi possível observar nos comentários.

Chama a atenção a utilização da imagem de uma mulher para falar de forma odiosa sobre outra. Essa escolha não acontece de maneira acidental. Pois, segundo Beauvoir (1949), a mulher nasce em um sistema patriarcal e machista, sendo afetada por opressões desde a sua infância e reproduz comportamentos opressores sem sequer perceber. Ao usar esse discurso de ataque público, serve como meio para reforçar estereótipos misóginos, preconceito e silenciar vozes femininas que rompem com normas sociais atribuídas às mulheres, como é o caso de Madonna, frequentemente associada à liberdade sexual, autonomia e ousadia artística. Na publicação da página Alfinetei, ao escolher a figura de uma mulher para proferir críticas duras, tendo um tom de julgamento moral, revela como o sistema patriarcal se sustenta também com base na rivalidade feminina, pois a mulher não nasce com essa rivalidade, mas é socialmente instigada a enxergar a outra como ameaça ou inimiga, em vez de uma aliada (Beauvoir, 1949).

O caso da cantora Madonna ajuda a ilustrar a diferença de divulgação da informação entre a página da Choquei e o jornal digital G1. Nas diversas publicações da página sobre a passagem da cantora pelo Brasil, destaca-se a ironia nas imagens e manchetes divulgadas, o uso de memes e o incentivo à desinformação, o que leva ao discurso de ódio entre os seguidores das referidas

páginas. As legendas redigidas e as fotos utilizadas reforçam essa postura, como é possível observar na Figura 3¹².

Figura 2 - Notícia sobre o show da cantora Madonna no jornal



Fonte: Jornal G1

Figura 3 - Notícia sobre o show da cantora Madonna na página de entretenimento.



Fonte: Página da Choquei no Instagram

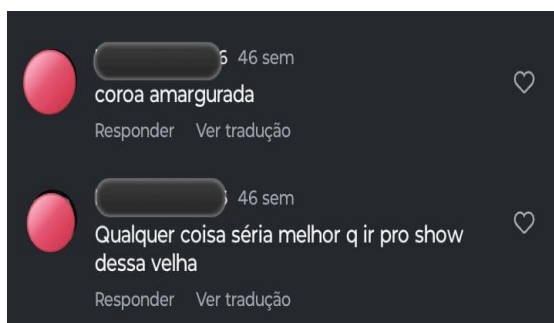
Como mencionado anteriormente, a Choquei utiliza a replicação de publicações realizadas por terceiros, o que, nesse caso, significou utilizar até o mesmo título. Ambas postagens abordam o mesmo assunto, mas o que as distingue é a escolha da foto. O G1 utiliza imagens que se relacionam diretamente com a sua manchete, ou seja, mostra o público, como é ilustrado na figura 2. A Choquei opta por uma imagem com uma mensagem diferente do que foi anunciado pelo título da publicação. Essa postura acaba chamando a atenção do usuário da rede sociais, e induz (ou pode induzir) qualquer tipo de teor de comentário.

¹² Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C6krK_uMjH8TB3_49fWoUkQm0YbbiRMOXYuLew0/?igsh=MWt6anZ6N2FpeDk5Nw%3D%3D.. Acesso em: maio de 2024

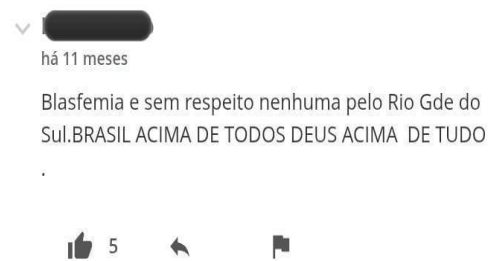
Sobre essa publicação, foi observado neste estudo que mesmo com o jornal digital G1 trazendo fontes claras e detalhamento da notícia, ainda houve discursos de ódio direcionados à imagem de Madonna, ilustrado nas figuras 4 e 5. Esse dado levanta o questionamento de como, mesmo sem a incitação que é frequente nas páginas de entretenimento, comentários ofensivos continuam a surgir em um veículo que não os estimula diretamente?

Figura 4 - Comentários sobre a Madonna na página da Choquei, no Instagram



Fonte: Página da Choquei no Instagram

Figura 5- Comentários sobre a Madonna no jornal digital G1



Fonte: Jornal G1

Ao analisar os comentários, é possível perceber que a maioria é ofensiva à imagem da mulher, contendo práticas etaristas, misóginas e homofóbicas. Principalmente na página de entretenimento analisada, como é ilustrado na figura 4¹³. No entanto, ao observar os comentários na postagem do G1, os dados chamam a atenção pelo fato de grande parte das interações fazerem relação à política e ao ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo que o assunto abordado não tenha qualquer relação direta com isso. Demonstram um discurso de ódio, apoiado em posicionamentos da direita e/ou esquerda política, como também em falas proferidas pelo ex-presidente, como é possível observar na figura 5.

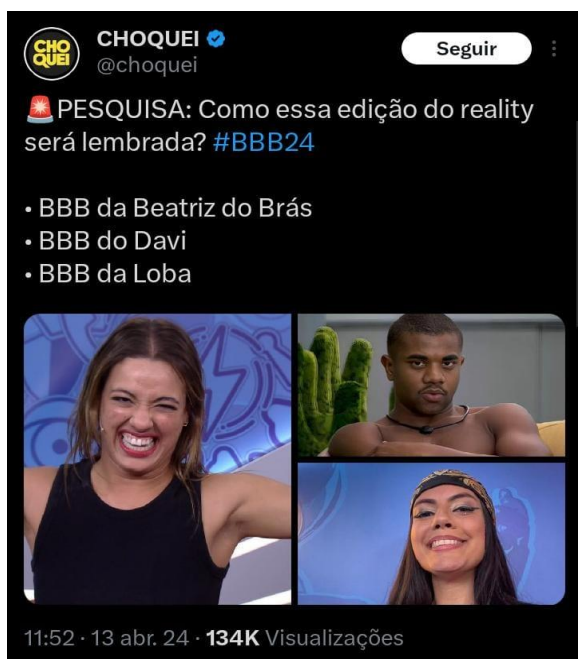
¹³ Disponível em:

https://www.instagram.com/p/C6krK_uMjH8TB3_49fWoUkQm0YbbiRMOXYuLew0/?igsh=MWt6anZ6N2FpeDk5Nw%3D%3D.. Acesso em: maio de 2024

O pré e pós-show geraram grande repercussão nas redes sociais, resultando em um bombardeio de conteúdo, com curtidas e comentários inflamados por discursos de ódio. Essa prática, como define Trindade (2022), é uma lógica perversa, pois os discursos de ódio aceleram o processo de viralização de uma publicação.

No caso Beatriz Reis, foi evidente o foco em atrair críticas à sua aparência e personalidade. Comparações entre fotos de Beatriz e de outras participantes eram feitas de forma tendenciosa, utilizando ângulos desfavoráveis para a ex-participante, como é possível ver nas figuras 6¹⁴ e 7. A postura da página em agir fazendo comparações e tentar criar rivalidade, vai contra a imparcialidade que um veículo de notícias deveria ter.

Figura 6 - Postagem sobre Beatriz Reis na página da Choquei, no X



Fonte: Página da Choquei no X

Figura 7 - Postagem sobre a Beatriz Reis na página da Alfinetei, no Instagram



Fonte: Página da Alfinetei no Instagram

¹⁴ Disponível em: <<https://x.com/choquei/status/1779160692081205348>>. Acesso em: Maio de 2024

A postura de Beatriz ao longo do programa era considerada exagerada para uma mulher, sendo frequentemente criticada por não atender aos padrões de comportamento feminino. Seu jeito, então, se tornou motivo de piada, e comentários sobre sua aparência rapidamente viralizaram. Colling (2015) vai abordar sobre essa temática ao debater que o discurso sobre as mulheres foi construído em uma visão masculina, impondo padrões e expectativas sobre o corpo e comportamento feminino. A autora destaca que as mulheres foram historicamente socializadas para atender a essas expectativas, isso inclui o modo de se vestir, se comportar e até mesmo a maneira como se relacionam, o que limita a maneira dela se expressar e de acessar lugares na sociedade.

Ao adotar posturas contrárias às exigidas pela sociedade patriarcal, Beatriz foi alvo de diversas críticas e memes sobre a sua aparência. Trindade (2022) destaca que proferir piadas feitas de forma preconceituosa ou ofensivas é socialmente aceitas no meio digital, pois é normalmente apresentado como uma “brincadeira inofensiva”. Quando recebidas dessa maneira, as pessoas que proferem não reconhecem o efeito prejudicial que causam, criando uma blindagem a quem comete ofensas dessa maneira.

Esse fenômeno é evidente no caso Beatriz, pois notícias sobre sua aparência frequentemente se transformavam em memes, que rapidamente tornavam-se virais, como é possível observar na figura 7¹⁵. O fato interessante é que ao ganhar popularidade por meio das críticas ao seu jeito e aparência, a quantidade de informação por minuto sobre a sua rotina dentro do reality shows aumentaram e a aplicação de memes sobre sua aparência e postura acompanharam esse aumento.

Com isso, as pessoas se sentiam confortáveis em proferir discursos de ódio disfarçados de brincadeira, pois os outros usuários que comentavam, assim como

¹⁵ Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/C5qRnGpgI7W/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D>. Acesso em: Maio de 2024

a própria página seguiam esse padrão. Trindade (2022) já abordava sobre a normalização dos discursos de ódio no meio digital, destacando que uma das suas maiores mazelas é a perda da capacidade de indignação. Pois, quando a sociedade normaliza esse tipo de discurso e comportamento, dificulta as chances de o mesmo ser questionado e combatido. Até quando esse comportamento, que busca incitar o ódio contra as mulheres continuará sendo naturalizado?

O caso Ana Hickmann foi exposto ao público em novembro de 2023, pois nesse período a apresentadora registrou um boletim de ocorrência contra o seu (agora) ex-marido, Alexandre Corrêa, por violência doméstica e lesão corporal, solicitando também medida protetiva. Após o ocorrido, ambos entraram com processo de divórcio, sendo o pedido de Ana baseado na Lei Maria da Penha. Ela acusa Alexandre de ter cometido violência física, patrimonial e psicológica. Apesar de Alexandre ter solicitado o divórcio, logo após desistiu da ação. Mas o pedido de divórcio foi aceito em maio de 2024.

Partindo para a análise de como foi exposto esse caso, temos notícias falsas, comentários ofensivos e até mesmo um significativo apoio por parte das páginas de entretenimento e de usuários ao seu agressor. Ao analisar a figura 8¹⁶, novamente temos aqui o uso de imagens tendenciosas para a notícia.

¹⁶ Disponível em: <https://x.com/choquei/status/1794066842522161157>. Acesso em: junho de 2024

Figura 8 - Postagem sobre a Ana Hickmann na página da Choquei, no X



Fonte: Página da Choquei no X

A primeira impressão transmitida por essa imagem é a de que o agressor seria a vítima. Ao expor fotos de Alexandre com semblante triste e chorando, as páginas parecem sugerir que ele estaria sofrendo pelo crime cometido, como se buscassem amenizar as consequências de seus atos.

Diversas notícias sobre como estava a vida de Alexandre Corrêa após cometer os crimes de violência foram publicadas, retratando-a como se estivesse arruinada, com destaques para a sua instabilidade financeira e uma suposta confissão de ser usuário de drogas, ilustrado na figura 9¹⁷, tomaram as redes sociais durante esse período. No entanto, essa última afirmação é uma notícia falsa, que foi retirada de uma entrevista ocorrida em 2018, na qual ele relata que já teve problemas com vícios, mas que estava desintoxicado desde então. A questão que fica é por que uma declaração de 2018, que aparentemente suaviza a situação do agressor, foi resgatada no mesmo período em que sua agressão contra a apresentadora Ana Hickmann veio à tona?

¹⁷ Disponível em: <https://x.com/cohoquei/status/1776382651575734674/> Acesso em: junho de 2024

Figura 9 - Postagem sobre Alexandre Corrêa na página da Choquei, no X



Fonte: Página da Choquei no X

Esse caso nos leva a refletir sobre o poder de visibilidade que essas páginas detêm, evidenciando a sua capacidade de disseminar rapidamente os conteúdos, principalmente com assuntos que estão em alta. No entanto, quando divulgam informações sem a verificação dos fatos, esse poder pode transformar uma história inverídica, a exemplo da notícia falsa disseminada sobre Alexandre Corrêa, na versão definitiva sobre alguém (Adichie, 2019). Essa prática é perigosa, pois ao publicar notícia de uma forma parcial, nesse caso favorecendo o agressor, pode alterar a percepção da gravidade dos crimes cometidos por ele, podendo levar o público a relativizá-los ou justificá-los. Adichie (2019) vai afirmar que, por meio da repetição ininterrupta de conteúdos, é possível moldar percepções distorcidas, criar estereótipos e comprometer a dignidade do outro. É exatamente o que ocorre nas páginas de entretenimento ao publicarem incessantemente sobre assuntos que estão em alta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa que está em andamento sobre a maneira como as notícias sobre mulheres são publicadas na internet e se levam os usuários a reproduzir falas de cunho odioso. Para essa investigação, utilizou-se duas páginas de entretenimento e uma de jornal digital, para observar semelhanças e diferenças quanto à forma de publicação de notícias sobre mulheres.

Choquei e Alfinetei adotaram uma postura irônica e tendenciosa, utilizando fotos chamativas para provocar no usuário uma sensação de espanto e surpresa, além de manchetes distorcidas e legendas ambíguas e/ou incompletas. Essa estratégia pode demonstrar uma preocupação maior com a repercussão deste tipo de conteúdo, e, conseqüentemente, com o engajamento, do que na veracidade dos fatos.

Diante dos resultados que foram apresentados, nos levam a crer que há um incentivo ao discurso de ódio contra as mulheres, principalmente por parte das páginas de entretenimento, tendo uma diferença de transmissão de notícias entre essas páginas e o jornal digital. Acerca dos questionamentos levantados durante esse trabalho, a preocupação primordial é como esses tipos de comportamentos estão sendo normalizados pela sociedade e, não somente isso, mas também como ocorre o engajamento (de maneira quase instantânea) a esses conteúdos produzidos em massa.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: A Experiência Vivida**. 2º ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 499. Disponível em: <<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>>. Acesso em: abril de 2025

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

Jornal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/12/08/a-buso-psicologico-entenda-como-ate-mulheres-empoderadas-sofrem-violencia-patrimonial-e-como-evitar.ghtml>. Acesso em: Junho de 2024.

Jornal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/show-da-madonna/noticia/2024/05/05/madonna-leva-16-milhao-a-copacabana.ghtml>. Acesso em: Junho de 2024

LINS, Beatriz. “A internet é o celular”: uma antropóloga entre smartphones, câmeras frontais e redes sociais. **Internet & Sociedade**, n.2, vol. 1, p. 150-177, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/12/A-internet-e%CC%81-o-celular.pdf>

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUZA, Jorge. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, p. (1-284), setembro, 2008. Disponível em: <https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>.

SOUZA, Márcio. Mídias digitais, globalização, redes e cidadania no Brasil. In: SOUZA, M. V.; GIGLIO, K. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária.** São Paulo: Blucher, 2015.

TELES, Maryana. **Notícias sensacionalistas sobre celebridades no Instagram: análise dos perfis Choquei e Alfinetei.** 24f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais.** São Paulo: Jandaíra, 2022

Capítulo III

O ÓDIO COMO POLÍTICA O CASO DAS PARLAMENTARES NOS PLEITOS ELEITORAIS DE 2018 E 2024

Wesley Ribeiro Cantão Silva
Márcia Sousa França

RESUMO: A última década da política brasileira foi atravessada por uma série de processos que fragilizaram a recém-democracia. Escândalos de corrupção, processo de impeachment e a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita acenderam nesse contexto, reformulando as formas de se fazer e compreender a política. O ciberespaço passou a ser apropriado por figuras e movimentos políticos, como Jair Bolsonaro e o bolsonarismo, utilizando o ambiente virtual não só para difundir suas pautas ideológicas e conservadoras, como também para influenciar o processo eleitoral. O ódio como política, sobretudo direcionado a grupos socialmente minoritários, passou a ser inerente a esse movimento. Diante desse cenário, este trabalho se propõe a analisar a relação entre ciberespaço, bolsonarismo e os discursos de ódio, sobretudo contra mulheres. Para isso, analisamos os ataques sofridos por duas políticas do campo da esquerda, respectivamente, Manuela d'Ávila (PCdoB) e Talíria Petrone (PSOL). Para tal análise, delimitamos temporalmente os pleitos eleitorais de 2018 e 2024, nos quais ambas as políticas foram candidatas a cargos do Executivo em diferentes escalas. Nos guiamos metodologicamente por um diálogo com a literatura especializada e a análise do discurso para entendermos os conteúdos embutidos nas mensagens. Com isso, identificamos que os principais ataques sofridos pelas candidatas no ambiente on-line estão direcionados às suas identidades de gênero, seus espectros políticos e suas pautas defendidas.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsonarismo. Ciberespaço. Gênero.

1 INTRODUÇÃO

A última década da política brasileira foi atravessada por uma série de elementos que fragilizaram a emergente democracia restaurada pós-golpe militar de 1964. Crises na política institucional – e não só – afetaram todas as escalas decisórias, desencadeando problemáticas sociais sem precedentes e sem previsão de serem solucionadas, assolando a vida, sobretudo, daqueles que historicamente estão nas margens da sociedade e isentos de políticas públicas.

Manifestações e movimentos populares legítimos, que pertenciam ao campo progressista, foram cooptados por grupos de direita e extrema-direita, a exemplo do movimento #VemPraRua (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Processo de *impeachment* e escândalo de corrupção foram alguns dos problemas presenciados na última década no cenário político brasileiro. Com isso, a

democracia passou a ficar cada vez mais fragilizada, mudando radicalmente as formas de se fazer e compreender política.

Tal fragilização possibilitou com que grupos e políticos de extrema-direita, que antes não tinham voz ativa e uma força institucional quando comparados com a direita clássica do PSDB, ou o conhecido centrão, passaram a se re-alinhar em torno de figuras políticas que falassem por eles (RENNÓ, 2022). É neste contexto de fragilidade democrática e desilusão com a política institucional, que a figura do ex-deputado federal, Jair Bolsonaro, e sua base eleitoral, o bolsonarismo, se solidificam na conjuntura política, ocupando a centralidade no imaginário popular (ALENCAR; SILVA; FRANÇA, 2024).

Com a ascensão dessa extrema-direita, o que conhecíamos como debate democrático, respeito a diversidade, na efetivação de políticas públicas a grupos marginalizados e respeito às instituições democráticas no seu sentido físico e simbólico, o bolsonarismo se apresenta como algo totalmente inverso a esses valores, tendo a subversão como inerente em seu corpo. O ódio como política ocupa o que antes conhecíamos, mesmo que de forma mínima, como civilidade no fazer, debater e compreender a política.

A imprensa tradicional passou a ser atacada e perseguida por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, principalmente quando se trata de jornalistas mulheres. Pautas que garantiam a assistência humana passaram a ser demonizadas por esse movimento de extrema-direita, virando alvo de ataques constantes e tentativas de desmonte. Um exemplo disso se dá pelo Programa Bolsa Família, o qual garante um auxílio mensal para famílias, principalmente mães solteiras, que estão em vulnerabilidade social. O programa passou a ser chamado de “bolsa esmola” não só pela base eleitoral de Jair Bolsonaro, como por políticos ligados ao ex-presidente.

A manutenção do modelo de Estado Democrático de Direito foi substituída por reivindicações constantes por um regime de Ditadura Civil Militar, assemelhando-se diretamente com o modelo autoritário experimentado

pelo país entre os anos de 1964 e 1985. A substituição do sistema democrático – mesmo este sendo frágil – por um modelo autoritário, não significa apenas a mera troca de organização territorial e gestão política, mas o desmantelamento do que conhecemos como dignidade humana em sua forma integral.

Nesse sistema autoritário defendido explicitamente por Jair Bolsonaro e o bolsonarismo, há o afloramento de uma visão conservadora e teocrática para gestar o país, opondo-se a qualquer tipo de diversidade considerada contrária e essa cosmovisão de mundo de quem ocupa o poder. Não esqueçamos que a Ditadura Civil Militar brasileira perseguiu a imprensa livre, artistas, opositores político, além de realizar tortura na população civil, chegando a torturar mulheres grávidas.

Nas redes sociais, a base eleitoral de Bolsonaro é totalmente engajada. Por meio das plataformas digitais, operam de forma sistematizada, atacando seus opositores políticos e ideológicos, jornalistas, difusão *fake news*, pautas conservadoras e anti científicas. Alicerçados em discursos de ódio e notícias falsas, Jair Bolsonaro fez das redes sociais verdadeiras máquinas para chegar ao cargo do poder executivo, considerando que o processo eleitoral é, também, um reflexo das relações que acontecem no ciberespaço (MASSUCHIN, 2022).

Categoriza-se, portanto, de um ativismo digital esse atual ativismo bolsonarista, entendendo que as plataformas digitais, hoje, são as principais ferramentas utilizadas pela extrema-direita em todas as escalas geográficas (MASSUCHIN; ORSO; SALEH, 2021). Nesse sentido, novas práticas e táticas, mediadas pelos aparatos técnicos e tecnológicos produtores desse espaço virtual, foram incorporadas na política brasileira contemporânea (ISRAEL, 2021).

Diante disso, este trabalho busca tecer apontamentos e reflexões sobre o bolsonarismo e a violência de gênero e o discurso de ódio na internet, almejando compreender em qual medida este movimento de extrema-direita, assim como seu principal expoente, fomentou e/ou ainda fomenta discursos de ódio contra mulheres no interior do ciberespaço. Para isso, abordaremos casos de ataques

virtuais envolvendo às políticas Manuela d'Ávila (PCdoB) e Taliria Petrone (PSOL), além de recorreremos a uma literatura especializada, especificamente àquela relacionada ao nosso objeto de pesquisa, visando à sua compreensão.

Estruturalmente, o corpo do texto é composto, para além desta introdução e da metodologia, de 3 seções. A primeira seção se debruçou como Jair Bolsonaro e o bolsonarismo se apropriaram do ciberespaço ao longo dos anos. A segunda seção, por sua vez, discutirá o ódio como política e a violência de gênero expressa por Jair Bolsonaro e pelo bolsonarismo no ciberespaço, enfatizando as redes sociais as quais se fazem presentes. A terceira seção, por fim, realizará uma síntese da temática exposta ao longo do texto, promovendo reflexões críticas relacionadas ao tema central de pesquisa que abordamos.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho nos embasamos em autores que investigam e orientam, a partir de seus escritos acadêmicos, estudos relacionados a política, ciberespaço, bolsonarismo e discursos de ódio, sobretudo contra mulheres, no espaço virtual. Assim, seguimos Fragoso, Recuero e Amaral (2011), que defendem que pesquisas relacionadas ao campo da internet não podem ser padronizadas, isto é, devem levar em conta o contexto social, político, econômico e cultural a qual a pesquisa está sendo realizada.

Em um segundo momento, foi realizada a criação de um banco de dados com a finalidade de armazenar os textos e os fichamentos que alicerçam este trabalho e compõem seu corpo. Essa etapa consistiu em nos debruçarmos nos estudos voltados ao nosso objeto de pesquisa. Tal processo de levantamento da literatura foi feito a partir da interdisciplinaridade, o que nos permitiu uma conversa ampla com textos de várias áreas do conhecimento, todavia, sem tangenciar as ciências humanas.

A quarta etapa consistiu na busca dos casos envolvendo os sujeitos estudados nesta pesquisa. Manuela d'Ávila e Taliria Petrone, respectivamente. Nesta etapa, buscamos notícias em que reportaram casos de ataques e discursos de ódios no espaço virtual durante os pleitos eleitorais de 2018 e 2024 em que ambas estiveram concorrendo. Para cada uma, escolhemos um caso específico em escalas geográficas diferentes. Para entendermos os dados obtidos, nos orientamos pela Análise do Discurso (AD) enquanto ferramenta analítica.

3 JAIR BOLSONARO, BOLSONARISMO E CIBERESPAÇO

No interior do ciberespaço, é possível criar uma realidade por intermédio do aparato digital das redes sociais, contudo, essa experiência é apenas uma extensão da materialidade do espaço geográfico o qual o usuário está inserido (RIBEIRO e SILVA, 2023). Isso significa dizer que as interações que acontecem no ciberespaço não são de exclusividade desse espaço emergente, mas partem da espacialidade dos espaços geográficos, de uma realidade concreta geolocalizada.

Assim, entendemos que o bolsonarismo, enquanto base de apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro, não nasce no ciberespaço, mas migra para lá junto com seu expoente, trazendo suas agendas e reivindicações presentes na materialidade. Essa migração foi bem expressiva desde a década passada, assemelhando-se ao modo de atuação da extrema-direita Trumpista, principalmente durante o processo eleitoral norte-americano de 2016 que levou Donald Trump ao poder executivo do país pela primeira vez.

Ao perceber que o ciberespaço é um lugar frutífero para difundir suas ideias e angariar uma base eleitoral de apoio, Jair Bolsonaro começou a atuar nas redes sociais – com destaque para o *Facebook* – ao menos em um primeiro momento. Nas redes sociais, mediado pelo populismo digital, Bolsonaro tentou se aproximar diretamente da grande massa, prometendo falar por ela e atender às suas reivindicações, apresentando-se como o novo; contudo, não abriu mão do discurso autoritário (SCHWARCZ, 2019).

Alencar, Silva e França (2024), ao investigarem a temporalidade do bolsonarismo no ciberespaço, com foco para o *Facebook*, apontam que este movimento de extrema-direita nasce, precedentemente, ao pleito eleitoral de 2018. Eles demonstram que, desde 2013, já haviam publicações em que apoiavam Bolsonaro como eventual presidente do país, tendo curtidas, comentários e compartilhamentos significativos em tal plataforma.

Ao perceber o campo virtual como uma possibilidade do fortalecimento de sua agenda política e ideológica, Jair Bolsonaro passa a atuar cada vez mais nesse ambiente. Alinhando apoiadores em um sentido de comunidade, considerando que todos que passaram a seguir suas páginas e perfis concordavam, parcialmente ou integralmente, com sua cosmovisão de mundo, Bolsonaro fez da totalidade virtual um verdadeiro território digital (DUARTE, 1999).

Por ter o discurso ideológico ocupando a centralidade, defendendo a direita do espectro político, o conservadorismo, pautas religiosas, a moralidade etc., Bolsonaro conseguiu aglomerar seus apoiadores em torno dessas temáticas, consolidando forças capazes de lhe levar à presidência da República. Essas pautas e agendas, para Duarte (1999), possibilitam que indivíduos/usuários, ainda que não se conheçam previamente, consigam formar grupos e comunidades on-line, pois compartilham cosmovisões de mundos semelhantes.

Nas redes sociais, a atuação de Jair Bolsonaro e do bolsonarismo não se limitou apenas aos pleitos eleitorais de 2018 e 2022, embora eles sejam mais ativos e atuantes durante esses períodos. Anteriormente a 2018, Jair Bolsonaro já era bem ativo em suas redes, publicando, com frequência, posts de ataques a políticos e partidos de esquerda, a imprensa, universidades públicas etc.

No ano de 2016, ano do processo de *impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff*, Bolsonaro teve um destaque na mídia devido aos seus constantes discursos de ódio direcionados ao então presidente (SILVA; FRANCISCO; SAMPAIO, 2021). A imagem abaixo refere-se a um vídeo publicado na página

oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook*. No vídeo, publicado no dia 29/08/2016, de forma equivocada, Bolsonaro diz que Dilma ameaça o Estado Democrático de Direito.

Imagem 1: Bolsonaro afirma que Dilma ameaça o Estado Democrático de Direito



Fonte: Perfil Oficial de Jair Bolsonaro no *Facebook*

Os comentários são, expressivamente, de apoio ao ex-presidente. Ataques misóginos são destinados a ex-presidente, chamando sua figura e seu governo de fracasso total. Mesmo que não faça parte do escopo deste trabalho, um outro elemento pode ser rapidamente analisado no discurso de Bolsonaro: a criminalização das lutas sociais. Ainda no mesmo vídeo, o ex-presidente menciona o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), acusando-os de estarem diretamente ligados na articulação de Dilma que supostamente almejava subverter o Estado Democrático de Direito.

Assim como Donald Trump nas eleições estadunidenses de 2016, Bolsonaro, em uma tentativa de influenciar o processo eleitoral de 2018 e obter mais votos em relação aos outros candidatos, passou a divulgar *fake news* com frequência. O bolsonarismo, por sua vez, tinha a tarefa de compartilhar as publicações, fazendo com que tais postagens chegassem ao maior número de

peças possíveis. Discursos e ataques de ódios também foram recorrentes no referido pleito, atrelando diversas inverdades contra seus concorrentes.

Nas eleições de 2022, a qual Jair Bolsonaro perdeu para o presidente Lula (PT), a conduta de Bolsonaro e do bolsonarismo também foi semelhante ao pleito de 2018. Polarização política, ataques a jornalistas e ao processo eleitoral, *fake news* e o discurso de ódio contra seus concorrentes ou a qualquer um que discordasse da concepção bolsonarista, foram alguns dos elementos presenciados no ciberespaço, este, visto como uma arena constante de conflitos no qual grupos e indivíduos defendem seus mais diversos interesses (CASTRO, 2005; ALENCAR; SILVA; FRANÇA, 2024).

Atualmente, mesmo sem ocupar um cargo na política institucional, Bolsonaro, junto a sua base de apoio, ainda atuam no ciberespaço. O ex-presidente realiza frequentemente lives no *Facebook* e no *Instagram*, onde profere ataques às instituições democráticas e a figuras políticas. As eleições de 2018 e 2022 evidenciam a força e o *modus operandi* desse grupo nos ambientes virtuais. Com isso, surgem novos desdobramentos; contudo, o bolsonarismo segue sendo o “corpo digital” (CESARINO, 2019) que sustenta Bolsonaro e sua agenda conservadora, religiosa e moralista, marcada pelo discurso de ódio como ferramenta política – especialmente direcionado a grupos socialmente marginalizados –, amplificada no ciberespaço.

4 BOLSONARO E BOLSONARISMO: O ÓDIO COMO POLÍTICA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CIBERESPAÇO

Passando uma equivocada sensação de anonimato e impunidade, o ciberespaço é palco de diversos crimes cibernéticos, entre eles, a proliferação de discursos de ódio contra determinadas identidades. No âmbito político, tais práticas têm se tornado cada vez mais normalizadas, tendo incorporado o debate e o cenário político dos últimos anos.

O contexto da política brasileira, alinhado com uma capilarização do neofascismo em todas as esferas decisórias, desencadeou uma das práticas de se fazer política: o ódio como política, notadamente destinado a grupos socialmente minoritários e marginalizados (AMATO e FUCHS, 2022). A subversão do diálogo, substituído por práticas violentas, têm deixado a política brasileira cada vez mais instável e perigosa para quem pensa diferente.

A polarização política entre campos ideológicos diferentes, combinada com a ascensão de grupos de extrema-direita e uma não moderação eficiente das plataformas digitais, como *Facebook*, *Instagram* e *X* (antigo *Twitter*), tem tornado o debate político, virtual e presencial, um lugar hostil para todas e todos aqueles que, historicamente, não fazem parte da hegemonia. Os últimos pleitos eleitorais, independentemente de suas escalas decisórias, evidenciaram como determinados grupos identitários se tornaram alvo de ataques sistematizados por grupos de extrema-direita por conta não só de suas identidades, mas de seus espectros políticos.

Com isso, a comunidade negra, LGBTQIAPN+ e mulheres tornaram-se alvo desses novos grupos presentes no âmbito virtual. Por possuírem reivindicações relacionadas a direitos básicos, como maior participação na política institucional ou não terem seus corpos violentados, tais grupos viraram vítimas de ataques daqueles que não aceitam a diversidade. Na questão de gênero, com frequência, movimentos feministas que defendem uma equidade de gênero, descriminalização do aborto e maior participação nas tomadas decisões, são deslegitimados.

A violência política de gênero no ciberespaço se dá de diversas formas. Nas eleições de 2018, a então candidata a vice-presidente da República na chapa de Fernando Haddad (PT), Manuela d'Ávila (PCdoB), passou a ser foco de ataques misóginos nas redes sociais. Declaradamente feminista e de esquerda, a candidata sofreu uma série de ataques e ameaças, tendo suas identidades rebaixadas e desacreditadas. Foi uma aversão, influenciada por um conservadorismo de gênero, a quem d'Ávila é enquanto sujeito político que

ameaça uma política até então homogênea.

Por ser desviante – mulher, feminista e de esquerda – do que é historicamente e estruturalmente aceito na política institucional brasileira, d'Ávila era vista como subversiva frente a uma agenda conservadora que vinha se consolidando naquele contexto. Assim, Popolin, Silva e Sarmiento (2024), arrolam que mulheres – cisgêneros ou transexuais –, no conservadorismo de gênero, são constantemente estigmatizadas por discursos violentos que tentam, com frequência, moldar seus comportamentos considerados desviantes.

Por ser um corpo dissidente dentro dessa agenda conservadora, expressivamente defendida por Jair Bolsonaro que também concorreu ao mesmo pleito eleitoral e saiu vitorioso, Manuela d'Ávila foi vítima de vários tipos de *fake news* disseminadas nas redes sociais. Essas notícias falsas estão diretamente associadas a quem a candidata representa, pautas defendidas e o pelo fato de ser uma mulher disputando um cargo historicamente ocupado por homens brancos, heterossexuais e de classe econômica elevada.

Ainda em diálogo com Popolin, Silva e Sarmiento (2024), que investigaram política e gênero no ambiente virtual, especificamente em grupos bolsonaristas no *WhatsApp*, apontam que ataques ao feminismo tomaram uma centralidade nesses grupos, uma vez que o movimento é visto como algo subversivo aos valores das mulheres segundo a concepção bolsonarista. Com isso, argumentos pejorativos são dirigidos a mulheres que se declaram e ou/ se identificam com o movimento e suas reivindicações.

Esses ataques não foram limitados apenas ao *WhatsApp*, podendo ser visto em redes sociais como *Facebook* e *X*. No *Facebook*, no processo eleitoral de 2018, Manuela d'Ávila teve seu corpo violado em uma edição de computador. Através da estética, a imagem abaixo é uma clara tentativa de desacreditar d'Ávila, colocando-a em uma posição de não apta a ocupar o cargo de vice-presidente da República a qual concorria.

Imagem 2: Manuela d'Ávila alvo de fake News



Fonte: Partido dos Trabalhadores

No texto que acompanha a imagem, extraído do *Instagram* oficial de D'Ávila, a mesma reconhece que foi vítima do machismo e da misoginia. Nesse mesmo período, ainda que tenha sido vítima de diversas *fake news*, Fernando Haddad não passou por episódios de notícias falsas altamente difundidas nas redes sociais que envolvessem seu corpo, o que reforça que as maiores vítimas desses tipos de ataques políticos e de gênero nos espaços virtuais, são as mulheres.

Outra política de esquerda que também passou por episódios misóginos, racistas e ameaças a sua integridade física, foi a Deputada Federal Taliria Petrone (PSOL). Declaradamente de esquerda e defensora de pautas do movimento negro, feministas e dos direitos humanos, Petrone é uma vítima constante da extrema-direita bolsonarista. Nesse caso, seus marcadores sociais, mulher e negra, em uma perspectiva interseccional, potencializam os ataques direcionados a sua pessoa.

Em julho de 2024, enquanto era pré-candidata à prefeitura de Niterói, Petrone, mais uma vez, foi vítima de comentários de ódio na internet, mais precisamente no *Instagram*. Dessa vez, Petrone sofreu ataques racistas que falavam diretamente de seu cabelo e de sua cor, associando-a à palavra “Monkey”, que, em português, significa macaco. Na imagem abaixo, alguns dos comentários que foram destinados à parlamentar.

nesses espaços (SILVA e CHAGAS, 2024). Porém, hoje, às redes sociais mais acessadas em território brasileiro, *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*, são oriundas da mesma empresa, a *Meta*, tendo políticas de combate a esses crimes (ou não tendo) semelhantes.

Manuela d'Ávila e Taliria Petrone, duas políticas pertencentes ao campo da esquerda do espectro político, que defendem pautas feministas e dos direitos humanos, se assemelham nas formas de ataques sofridos no ciberespaço. Ambas tiveram suas identidades – gênero e raça – na centralidade desses ataques, com destaque durante pleitos eleitorais as quais estavam concorrendo a um determinado cargo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virada da década introduziu novos elementos ao cenário político brasileiro. A desestabilização da democracia, resultado de processos subversivos, gerou novas formas de fazer e compreender a política. O debate civilizado cedeu espaço a uma polarização sem precedentes, marcada pelo uso do ódio como ferramenta política, comprometendo a valorização da diversidade de opiniões.

O ciberespaço passou a ser ocupado por diversos grupos políticos, com destaque para o bolsonarismo, movimento de extrema-direita. Nessas redes sociais, como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, Jair Bolsonaro, principal representante desse grupo, utilizou essas plataformas – e outras – como ferramentas políticas para conduzir suas campanhas eleitorais em 2018 e 2022, saindo vitorioso no primeiro pleito.

Ataques a seus opositores políticos, difusão de *fake news*, defesa de uma agenda conservadora alicerçada em valores religiosos e moralistas, o negacionismo científico, além de reivindicações por um passado autoritário de Ditadura Civil Militar, são umas das principais características do bolsonarismo expressas no ciberespaço e na materialidade dos espaços geográficos. Tais

características são inerentes a esse movimento, e tudo que não esteja convergindo com esses valores, passou a ser rechaçado discursivamente e fisicamente.

Jair Bolsonaro e sua base eleitoral, ao se depararem com identidades contrárias ao que acreditam como certo, passaram a se opor de forma violenta nas redes sociais. Manuela d'Ávila e Taliria Petrone, ambas políticas de esquerda, durante os pleitos eleitorais de 2018 e 2024, tornaram-se alvos dos discursos de ódio por parte desse movimento de extrema-direita. A todo momento, suas identidades, mulher e negra (no caso de Taliria Petrone), assim como suas pautas voltadas ao espectro político de esquerda, foram atacadas, deslegitimadas e rebaixadas.

Com isso, procuramos não esgotar a temática, visto que o cenário político brasileiro é dinâmico, apresentando novos objetos a serem investigados a cada processo eleitoral, este trabalho buscou analisar como Jair Bolsonaro e sua base eleitoral, o bolsonarismo, atuaram e ainda atuam no ciberespaço; e em qual medida às identidades consideradas subversivas a suas agendas ideológicas, como a questão de gênero sustentada, por exemplo, pelo conservadorismo de gênero, foram e ainda são postas no ponto focal de discursos de ódio e misóginos no ambiente da internet.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Breno Rodrigo; SILVA, Wesley Ribeiro Cantão; FRANÇA, Márcia Sousa. TERRITÓRIO E POPULISMO DIGITAL: UMA VISÃO CIBERGEOGRÁFICA A PARTIR DO BOLSONARISMO: Territory and digital populism. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, v. 1, n. 04, p. 104-123, 2024.

AMATO, Bruna; FUCHS, Jéssica JB. Discursos de ódio de gênero e subjetivação: Articulações entre masculinismo e extremadireita. **FA de Almeida, Violência e Gênero: Análises, perspectivas e desafios**, p. 77-92, 2022.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Bertrand Brasil, 2005.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

DUARTE, Fábio. Democracia no território digital. *Comunicação & Educação*, n. 14, p. 27-32, 1999.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.

ISRAEL, Carolina Batista. **Redes digitais: espaços de poder:** por uma geografia da Internet. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 376p.

MASSUCHIN, Michele Goulart et al. "LIXO!", "ESQUERDISTA!", "CANALHA!", "#FAKENEWS", MAS NEM TANTO: ataques e críticas à imprensa em meio ao uso estratégico do jornalismo pelo ativismo de extrema direita online no Brasil. *Brazilian journalism research*, v. 18, n. 3, p. 492-523, 2022.

MASSUCHIN, Michele Goulart; ORSO, Maíra; SALEH, Dayane Muhlbeier. Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita online a partir da análise das contas "Direita Brasil" e "Verde e Amarela" no Twitter. *Política & Sociedade*, v. 20, n. 49, p. 39-72, 2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. Planeta Estratégia, 2019.

POPOLIN, Guilherme; SILVA, Letícia Sabbatini Malta Amaral; SARMENTO, Rayza. Questões de gênero nos grupos bolsonaristas no WhatsApp. *Revista FAMECOS*, v. 31, n. 1, p. e44017-e44017, 2024.

REIS, Ramon Pereira dos. Eu tenho medo de ficar afeminado: performances e convenções corporais de gênero em espaços de sociabilidade homossexual. *Revista do NUFEN*, v. 4, n. 1, p. 73-87, 2012.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 147-163, 2022.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; SILVA, Carlos Alberto Franco. A GEOGRAFIA POLÍTICA DA VIGILÂNCIA NAS REDES SOCIAIS. *Geo Uerj*, n. 43, p. e70900-e70900, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; FRANCISCO, Rodrigo Eduardo Botelho; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. **Galáxia (São Paulo)**, n. 46, p. e51831, 2021.

SILVA, Letícia Sabbatini Malta Amaral; CHAGAS, Viktor. Trajetórias interrompidas, insultos dissimulados: a violência política de gênero online. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 21, n. 1, p. 67-79, 2024.

Capítulo IV

TARÂNTULAS, PASTORES E MULHERES UM RÁPIDO APONTAMENTO SOBRE CRISTIANISMO E MISOGINIA

Heraldo de Cristo Miranda

RESUMO: Há uma relação estreita entre a história do cristianismo e maneira pela qual a fronteira entre justiça e vingança foi construída. São incontáveis as interpretações que, por exemplo, atribuem ao Antigo Testamento uma representação de Deus como uma figura vingativa. O objetivo aqui, no entanto, é apenas analisar aqueles dispositivos de poder – aquela vontade de punir – manejados por pastores evangélicos brasileiros, direcionados às mulheres, realizando rápidos apontamentos acerca dessa trama social e política entre determinados cristãos e uma vontade de vingar-se das mulheres. Como um poder pastoral evangélico atua como condutor de um regime prático-discursivo da misoginia. Foram analisadas as falas de determinados pastores evangélicos brasileiros, seja por meio de seus livros, seja através de publicações nas redes sociais. Portanto, tal regime, contornado por uma vontade de punir e vingar-se das mulheres, expressa-se no interior do cristianismo evangélico brasileiro pela ênfase a um papel da mulher enquanto submissa, pela interpretação machista dos textos bíblica que perpetua a submissão da mulher, ou mesmo pela imposição pastoral a aceitar relacionamentos abusivos.

PALAVRAS-CHAVE: Vingança; Pastores; Mulheres.

1 INTRODUÇÃO

...Aí vem ela de bom grado: bem-vinda tarântula! Em teu dorso se acha, negro, teu triangulo e emblema; e sei também o que se acha em tua alma.

Vingança trazes na alma: onde mordes, cresce uma crosta negra; com vingança teu veneno faz a alma girar!

Então falo convosco por imagens, vós que fazeis rodar a alma, vós, pregadores da igualdade! Tarântulas sois para mim, e seres ocultamente vingativos!

Mas porei à mostra vossos pontos ocultos: por isso vos rio no rosto minha risada das alturas.

Por isso rasgo vossa teia, para que vossa raiva vos faça deixar vossa caverna de mentiras e vossa vingança pule de trás de vossa palavra justiça.

Pois que o homem seja redimido da vingança: isso é, para mim, a ponte para a mais alta esperança e um arco-íris após longos temporais.

Mas as tarântulas querem outra coisa, sem dúvida. 'Precisamente isto é justiça para nós, que o mundo seja tomado pelos temporais de nossa vingança' - assim falam umas com as outras.

'Vingança vamos praticar, e difamação de todos que não são iguais a nós' - assim juram os corações das tarântulas.

'E vontade de igualdade' - esse mesmo será doravante o nome da virtude; e contra tudo que tem poder levantaremos nosso grito!

Ó pregadores da igualdade, é o delírio tirânico da impotência que assim grita vós por igualdade; vossos mais secretos desejos tirânicos assim se disfarçam em palavras de virtude!

Magoada presunção, inveja contida, talvez presunção e inveja de vossos pais: irrompem de dentro de vós como chama e delírio de vingança...¹⁸

É possível, talvez, que pudéssemos realizar uma pequena história do cristianismo por meio somente da maneira pela qual a fronteira entre *justiça* e *vingança* fora alicerçada. São incontáveis as interpretações que, por exemplo, atribuem ao Antigo Testamento uma representação de Deus como uma figura vingativo. *Par contre*, não me interessa aqui as filigranas desse debate exegético por entre as chamadas escrituras, seja pela total ausência de envergadura reflexiva de minha parte para tanto, seja pelos outros objetivos que me mobilizam. Gostaria apenas de pontuar como determinadas *premissas vingativas* - ou pressupostos que reivindicam, por diferentes caminhos, a destruição do outro, seja por inveja, ressentimento, ódio, medo etc. - foram construídas sobre os rastros bíblicos e politicamente reverberam na atualidade brasileira. Como atuam na contemporaneidade dispositivos de poder, veículos de uma *vontade de punir*, uma *vontade de vingar-se*. Proponho, portanto, um recorte ou acentuação específica: analisar aqueles dispositivos - aquela vontade de punir - manejados por pastores evangélicos brasileiros direcionados às mulheres. Realizar rápidos apontamentos acerca dessa trama social e política entre determinados cristãos e

¹⁸ NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.95.

uma vontade de vingar-se das mulheres. Como um poder pastoral evangélico atua como condutor de um *regime prático-discursivo da misoginia enquanto vontade de punir*.

2. VONTADE DE PUNIR, VONTADE DE VINGAR

Qualquer intérprete que se debruçasse sobre a sociedade brasileira em seu tempo presente não teria grandes dificuldades em defini-la enquanto uma “sociedade essencialmente punitivista”. Em *A Sociedade punitiva*, curso ministrado no *Collège de France*, 1972-1973, Michel Foucault aponta que o regime penal da chamada idade clássica se caracteriza por quatro grandes formas de *táticas punitivas*, com origens e trajetórias históricas e sociais distintas. “Quero justificar o título do curso e falar desta noção de punição. Se tomei precisamente esta noção chata, ingênua, fraca, pueril, é que justamente gostaria de retomar as coisas no nível mesmo de seu desenvolvimento histórico, começando pela análise do que se poderia chamar as “táticas finas da sanção” (FOUCAULT, 2013, p.8). Seriam elas: 1. *Excluir*. Tática de exilar, banir para além das fronteiras, proibir o acesso a determinados lugares, destruir os lares nos quais estejam enraizados, apagar o lugar de nascimento etc. 2. *Organizar uma compensação*. Tática de converter uma pena em uma dívida que precisaria ser reembolsada, reconverter um delito em obrigação financeira. 3. *Marcar*. Tática de ferir, supliciar, amputar, fazer cicatrizes, marcar um símbolo sobre o rosto, os ombros etc., deixar sobre o corpo visível ou simbólico, físico ou social, algo que lhe imponha uma diminuição, um traço que a todo o momento lembre a esse corpo sobre sua condição. 4. *Encarcerar*. Tática de privação da liberdade.

Dois aspectos merecem destaque nessa caracterização realizada por Foucault. Por um lado, não se trata de uma taxonomia férrea acerca dos tipos de punição. Embora esteja falando de táticas punitivas que predominaram e/ou predominam em determinada época ou sociedade, é possível encontrarmos essas formas de táticas punitivas convivendo, complementando-se, negando-se,

revelando-se mutuamente em diferentes momentos e locais históricos. Por outro, vale acentuar o termo “táticas finas”. Não se refere meramente a engrenagem estatal dispensada à justiça, mas também todo um conjunto de mecanismos, saberes, técnicas, estratégias extrajudiciárias que, às vezes, espelham-se nos mesmos vícios encarnados no regime penal formal.

Porém, é em *Vigiar e Punir* que encontrará uma longa reflexão sobre os saberes, técnicas, discursos, estratégias etc., em estreita relação com práticas do poder de punir.

De maneira geral, *vigiar e Punir* expõe o surgimento de uma sociedade estruturada ou constituída por um novo tipo de *poder-saber*, no qual a importância está menos centralizada na verticalidade do poder soberano, e mais na difusão generalizada das relações disciplinares. As técnicas de adestramento que existiriam já nas escolas, nos quartéis, nos hospitais etc., desenvolver-se-iam e se sistematizariam na sociedade das luzes, no fim do século XVIII. Com a penitenciária, essa nova forma de punir verá o florescimento de técnicas de adestramentos que agirão sobre os “corpos e as almas”. Foucault recorrerá ao filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), pois é sob a forma panóptica, pensada por Bentham, que o fenômeno da observação passa por um processo de mudança, cujo traço fundamental é também o adestramento do indivíduo delinquente. Para Foucault, o panóptico é um modelo de prisão, no qual a relação de poder torna-se total, ou seja, um modelo cujo funcionamento será a figura emblemática da sociedade disciplinar, definindo as relações de poder do indivíduo em sua relação com a vida cotidiana e com a cultura (FOUCAULT, 2010)

Em síntese, o estudo feito por Foucault tem como objetivo central uma “economia política dos castigos” ou como são construídos os mecanismos de funcionamento, circulação e distribuição das formas e táticas punitivas. Como se operam os dispositivos de punição. O termo dispositivo é caro a esse debate. O espraiamento de todo um conjunto de empreendimentos punitivos terá como veículo os mais diversos dispositivos. Acerca do dispositivo, dirá Foucault (1998)

trata-se de “um conjunto decididamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, instalações arquiteturais, decisões regulamentares, leis medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em suma, o dito e o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é ele mesmo a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 2001a, p.299). Mas onde esses *dispositivos punitivos* atuam? Parece-me que é possível encontrar - dentre inúmeras outras possibilidades - no fértil solo da “arte de governar os outros” dos cristãos evangélicos brasileiros uma atuação singular daqueles dispositivos de punição, dessa vontade de punir ou vingar-se.

3. PASTORES, MULHERES E VINGANÇA

Uma premissa nas leituras que Foucault realiza em torno das práticas de poder - ao menos aquelas feitas a partir da segunda metade da década de 1970 - é talvez que o chamado poder pastoral nos ajudaria entender a maneira pela qual a racionalidade política se desenvolveu no Ocidente. O poder pastoral, tecido no cristianismo, diferente de como os gregos o compreendiam - como arte política gestada nas dinâmicas da pólis - é antes arte de *conduzir rebanhos*. Em *Sécurité, Territoire, Population*, curso no *Collège de France* 1977-1978, Foucault aponta como esse tipo de poder foi introduzido no Ocidente pelo cristianismo e a maneira pela qual tomou forma institucional no pastorado eclesiástico. Não é involuntário em Foucault esse deslocamento - neste referido curso - em direção a uma análise mais profunda da noção de *governo*. É na noção de “governo das almas” que, no limite, a Igreja Cristã centralizará sua atividade principal.

A ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território [...] essa ideia de um poder pastoral completamente alheio ao pensamento grego e romano foi introduzido no mundo Ocidental por intermédio da Igreja Cristã. Foi a Igreja Cristã que coagulou todos esses temas do poder

pastoral em mecanismos precisos e em instituições definidas, foi ela que organizou um poder pastoral ao mesmo tempo específico e autônomo, foi ela que implantou seus dispositivos (FOUCAULT, 2004, p. 110)

A discussão em torno do poder pastoral se insere em um panorama maior no empreendimento de Foucault neste momento, que diz respeito às *artes de governar*. Em conferência realizada em 1979, na Universidade de Stanford, Estados Unidos, Foucault aponta de maneira clara não apenas as características desse chamado poder pastoral, bem como alguns de seus rastros em direção a uma análise que enfatize o tema do governo dos homens. “Penso de fato no desenvolvimento de técnicas de poder direcionadas aos indivíduos e destinadas a dirigi-los de maneira contínua e permanente. Si o Estado é a forma política de um poder centralizado e centralizador, chamamos pastorado o poder individualizador [...] Tentarei mostrar como esse pastorado se encontra associado a seu contrário, o Estado” (FOUCAULT, 2001b, p. 955). Dois aspectos que merecem acento. De um lado, esse poder pastoral é uma força individualizante, pois os atributos do pastor tocam não apenas o cuidado com o conjunto de seu rebanho, mas também, com similar esmero, o cuidado com cada uma de suas ovelhas, ou seja, o pastor deve estar atento a “cada um e a todos” ao mesmo tempo [*omnes et singulatim*]; para Foucault as práticas, as técnicas desse poder pastoral contribuirão para se acentuar o avanço do processo de individuação no Ocidente. Por outro lado, o poder pastoral tem - embora sua crise nos séculos XV e XVI - ressonância importante nas artes de governar modernas. Estrutura-se uma arte de governar os homens cuja racionalidade tem seus princípios de aplicação exatamente no Estado [razão do Estado]. Foucault se afasta de uma compreensão do Estado que o resume enquanto instituição; para ele, o Estado é antes um tipo de racionalidade que estabelece práticas, estratégias a fim de atuar sobre o governo de todos e de cada um.

Essa arte de governar do poder pastoral cristão desde sempre atribuiu um lugar às mulheres repleto de nuances e desdobramentos. Essa relação emerge não

apenas nos textos bíblicos - lembremos, por exemplo, da famosa passagem em Efésios 5: 22-23, “as mulheres sejam submissas ao seu marido como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja”. Em 1486 foi publicado pelos monges dominicanos Heinrich Kraemer e James Sprenger o livro ou manual inquisitório intitulado *Malleus Maleficarum* [O Martelo das feiticeiras]. Nele, encontramos as diretrizes que servirá por séculos de norte para todo um conjunto de inquisidores, sacerdotes católicos ou mesmo protestantes em torno da “batalha” contra a bruxaria. A despeito de todas as referências a bruxos, demônios, fogueiras, torturas, estratégias para subjugar o “mal” ou mesmo as práticas de bruxaria, etc., a figura feminina da “bruxa” recebe uma singular acentuação. Questinarão eles: “Porque as mulheres são as principais adeptas às superstições malignas?” Segundo eles, além das questões de inferioridade do intelecto ou mesmo de sua submissão ao apetite carnal, “devemos apontar o defeito na formação da primeira mulher, que foi formada de uma costela curva, isto é, a costela do peito, que se encontra encurvada, por assim dizer, em direção contrária a do homem. E devido a este defeito é um animal imperfeito” (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 52) Talvez seja oportuno retornarmos a “lógica da misoginia”. Dois aspectos parecem-me relevantes aqui. Por um lado, é possível distinguir entre machismos, sexismos e misoginias:

Poderíamos chamar de machista a um homem que, por exemplo, ao escolher seu cirurgião, prefere um homem do que uma mulher, baseado em estereótipos de gênero tais como “os homens têm mais sangue frio”, “as mulheres são mais emocionais, indecisas” etc. [...] Poderíamos chamar esses homens de machistas ou sexistas, mas certamente sua ação de escolher um homem cirurgião, ao invés de uma mulher, ainda que preconceituosa, não seria tão grave quanto o assassinato de uma mulher [...] A misoginia estaria mais ligada ao ódio à mulher, como o termo sugere, a atitudes hostis e por vezes violentas em relação a elas (BORGES, 2021)

No entanto, por outro lado, não se pode esquecer que todo esse conjunto de nuances ou distinções está inevitavelmente associado aos dispositivos de

violência contra a mulher. Esse ódio às mulheres não está desarticulado de um processo político e social. Entender a misoginia enquanto um sistema absolutamente heterogêneo (em estratégias de poder, materiais por onde são veiculados, tipo de relações por meio das quais cria-se uma perversa socialização, etc.) da produção de ritos autoritários, hostis, violentos em torno das mulheres. A misoginia articula-se historicamente aos enunciados de uma ideologia patriarcal, assim como está associada a um fenômeno político maior; dever ser entendida como um sistema que opera dentro de uma ordem social patriarcal estabelecida, que políca e cria dispositivos de poder em prol da subordinação das mulheres, da dominação masculina (MANNE, 2018). O Martelo das feiticeiras é apenas mais um traço da atuação desse regime prático-discursivo da misoginia dentro do cristianismo. Tal regime é irmão siamês daquela *vontade de punir* da qual falávamos anteriormente. “Táticas finas” de punição e vingança direcionadas as mulheres. Não se trata apenas da ação do aparato estatal dispensada à justiça, todavia também de todo um conjunto de mecanismos, saberes, técnicas, estratégias extrajudiciárias, discursos etc., cujo alvo é tudo aquilo que é feminino. Olhando-se contemporaneamente é possível encontrar outros desdobramentos desse *regime prático-discursivo da misoginia enquanto vontade de punir*, em novos contextos, novas dinâmicas, diferentes personagens, porém com semelhante e efetiva hostilidade, ódio, violência.

Destarte, é possível falar de uma arte de governar ou mesmo de um “poder pastoral evangélico”. Seria fruto de uma generalização atroz se não fosse feita a seguinte ressalva. Quando se fala a categoria “evangélicos” inebria-se toda uma multiplicidade religiosa. As igrejas protestantes históricas se apresentam como as primeiras igrejas fundadas após a reforma protestante, e que deram seguimento a outras igrejas que adotaram o movimento pentecostal, como é o caso das igrejas protestantes renovadas dando início a criação de uma sequência de ministérios protestantes pentecostais. Percebe-se uma extensa rede de congregações que conforme o tempo ampliou-se e se sistematizou em linhas que seguem um tipo de ideal doutrinário religioso específico. Embora sejam comumente denominados de protestantes ou evangélicos, é possível encontrar

ramificações que tratam aspectos que se diferenciam em cada ministério, seja do ponto de vista das tradições de vestimentas, linguagem, expressões, condutas ou mesmo das normas gerais da igreja. Mas como aquela vontade de vingar-se, de punir as mulheres articula-se com um poder pastoral evangélico e como tal poder se constitui como condutor de um regime prático-discursivo da misoginia? É possível encontrar emblemáticos exemplos da maneira pela qual as mulheres são construídas [ou destruídas] no heterogêneo leque do poder pastoral evangélico no Brasil. Um desses exemplos é o caso do pastor Edir Macedo.

A despeito de toda a inegável importância do livro *Plano de Poder: Deus, os cristãos e a política* (2008) para a compreensão das estratégias políticas de espraiamento e expansão desenvolvidas pela Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil, gostaria de fazer referência a outro livro de Edir Macedo. Em *O perfil da mulher de Deus* (1999) traça-se uma longa e enfadonha economia política da culpa [pelos males que destruirão as estruturas cristãs] cuja balança tende às mulheres. A culpa em potência é sempre da figura feminina, como se a figura masculina fosse eximida de qualquer responsabilidade na sustentação de qualquer estrutura social. A mulher seria a pedra fundamental na qual se assenta a família, porém “Se essa pedra fundamental falseia pode fazer desabar toda a estrutura cristã do lar, tornando a mulher vulnerável à ação do diabo” (MACEDO, 1999, p.2) A proximidade entre o diabólico e as mulheres tão presente em *O Martelo das Feiticeiras* em latência é repetidamente reivindicada. Macedo tenta por meio de um esforço hercúleo transformar submissão e servidão [termos absolutamente associados] em antônimos. Dirá ele: “a palavra submissão significa servidão[...] No reino de Deus, no entanto, significa grande prazer em servir pelo amor” (Idem, p.18). Não se trata aqui apenas de uma bravata de linguagem, mas antes traços de um regime prático-discursivo da misoginia.

O tema da obediência e submissão da mulher é singularmente tratada nas práticas do poder pastoral evangélico, e na forma como isto fora potencializado nos procedimentos da atuação dos evangélicos brasileiros no campo político e midiático. Dirá Macedo: “O não engajamento e o não comprometimento por

parte dos cristãos naturalmente vinham contribuindo de forma negativa com o grande projeto de nação pretendido por Deus[...] O direito de votar é pessoal e intransferível. Mas é no exercício dele que a pessoa verifica de quem é correligionário, o mastro da bandeira que está empunhando e de que lado está” (MACEDO; OLIVEIRA, 2008, p. 52). Subjaz fortemente nas palavras de Macedo a dimensão inegociável da obediência do cristão, do evangélico diante das batalhas espirituais e políticas. A necessária escolha de um lado. O cristianismo neopentecostal à brasileira levou as últimas consequências a direção de consciência que prioriza a relação de obediência total entre, no caso, o pastor e o fiel. Diferentemente da direção de consciência, por exemplo, do estoicismo – em cujo processo o indivíduo se submete a outro pela livre vontade, segundo suas próprias convicções, de maneira sempre provisória e alheia a qualquer coação ou intimidação silenciosa – a direção de consciência cristã transformou a obediência em uma das mais importantes virtudes. Se na direção de consciência estoica a obediência é apenas uma passagem afim de que o discípulo em algum dia deixe de obedecer e constitua-se senhor de si mesmo, na cristã o discípulo (fiel) deve obedecer mesmo antes que o mestre ordene, colocando-se inteiramente a disposição da vontade de Deus ou daquele que o representa no mundo. Portanto, no estoicismo a obediência não é uma forma de reagir a uma ordem, é antes uma maneira de ser anterior a qualquer ordem de outro. Já no cristianismo, a obediência é submissão a tudo que chega, e tudo que chega se torna ordem (FOUCAULT, 2012). O uso tático da obediência se relaciona a práticas de assujeitamento das mulheres que podem ser vistas na dinâmica da IURD. Foucault, no final da década de 1970, dedicou-se ao estudo dos modos de subjetivação no Ocidente: “Busquei produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura” (FOUCAULT, 2001c, p.1042). Neste cenário, Foucault se afasta da ideia de que o poder se operaria apenas por meio da coação ou uso da violência. Abre-se as condições de possibilidade para compreender como práticas subjetivas são importantes nos processos de governo dos homens. A maneira que os indivíduos têm de se conduzir, a forma como se problematizam ou não, como concebem sua própria conduta etc., relaciona-se

diretamente com as estratégias de assujeitamento que encontramos no funcionamento do poder pastoral evangélico no Brasil. Em uma “Reunião Autoajuda”, em 2019, no Templo de Salomão, sede da Igreja Universal do Reino de Deus, ocorreu um encontro que traz orientações exclusivas para as mulheres evangélicas. Tal reunião faz parte de um programa da IURD voltado para as mulheres chamado Godllywood, criado pela filha de Edir Macedo, Cristiane Cardoso, em 2010. Em sua pregação, Edir Macedo fala que no casamento “o homem é a cabeça e a mulher deve ser o corpo” (DIP; DOLCE; MACIEL, 2019).

No entanto, esse regime pratico-discursivo da misoginia pode ser encontrado em outras representações do que se chama aqui poder pastoral evangélico brasileiro. Em entrevista concedida a radio Jovem Pan -São Paulo, no ano de 2018, o pastor evangélico Marco Feliciano, ligado a igreja Assembleia de Deus ao questionado sobre o brutal assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco, proferiu a seguinte resposta: “só mais um número”¹⁹. O desdém perverso do pastor não se articula apenas a um processo de desumanização do feminino, mas também a um manejo no campo político e midiático de traços daquele regime prático-discursivo da misoginia.

Em 2023, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, por meio de seu Núcleo de Gênero, noticiou a condenação de um pastor da igreja evangélica de Samambaia -DF por ter publicado na internet, desde 2021, expressões misóginas e ofensas aos direitos humanos das mulheres. Suas contas nas redes sociais acumulavam mais de 256 mil seguidores. O referido pastor realizou postagens de textos e vídeos com conteúdo discriminatório de gênero, e claramente incentivador a violência contra a mulher²⁰.

Em culto realizado em 2024, exibido pelas redes sociais, o pastor Adelino de Carvalho, da Igreja evangélica Reino dos Céus, em Minas Gerais, disse

¹⁹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/psol-denuncia-feliciano-por-difamar-marielle/>. Acesso: 02/02/2025

²⁰ Disponível em <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/15140-mpdft-obtem-condenacao-a-reparacao-civel-de-pastor-que-fez-publicacoes-misoginas> Acesso: 05/03/2025

durante pregação que mulheres devem fazer sexo mesmo contra sua vontade. Dirá ele: “Aquela mulher que o marido faz tudo por ela, chega à noite ele quer um carinho, a infeliz fala que está com dor de cabeça e não está... A senhora está pecando, irmã. Se o seu marido é um homem bom para a senhora, a noite a senhora tem que dar para ele”²¹. Um dos traços desse regime prático-discursivo da misoginia no interior de determinadas igrejas evangélicas não é apenas a condescendência com os relacionamentos abusivos, mas também essa cruel e perversa coisificação do feminino, na qual o corpo torna-se uma mera ferramenta manipulável ao bel-prazer da dominação masculina.

4 CONCLUSÃO

Os ventos da vingança normalmente travestem-se com os impulsos de uma ideia de justiça. Os regimes prático-discursivos da misoginia, moldados no interior de um poder pastoral evangélico, poderiam muito bem - em uma leitura livre - ser “vestidos” com os trajes das tarântulas de Nietzsche, com as quais justiça e vingança irmanam-se. “Precisamente isto é justiça para nós, que o mundo seja tomado pelos temporais de nossa vingança”. Em todas as falas dos pastores citados acima está presente uma vontade de punir a tudo que é diferente. Dentro das táticas e estratégias do funcionamento do poder pastoral evangélico muitas vezes - ou quase sempre - está presente a ideia de uma irremediável *batalha espiritual* ou mesmo uma *guerra santa* entre o bem e o mal, entre os evangélicos e qualquer praticante de outra religião. “Vingança vamos praticar, e difamação de todos que não são iguais a nós”. Não é incomum encontrarmos nas chamadas *redes sociais* um conjunto de engrenagens desses dispositivos de punição, difamação, hostilidade etc. direcionados às mulheres. O ódio as mulheres - travestidos de uma falsa vontade de igualdade - é enunciado recorrente nas falas de determinados pastores evangélicos nesse cyberspaço.

²¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/06/18/pastor-diz-que-mulher-deve-fazer-sexo-mesmo-sem-ter-vontade-deus-Mandou.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso: 01/02/2025

Aproxima-se do que Nietzsche chamará de os *pregadores da igualdade* ou aqueles que com desfaçatez tornam-se condutores daquela vontade de punir, vingar-se. A misoginia que emana das falas dos pastores evangélicos esconde-se sorratamente por traz de palavras virtuosas, nos bastidores da cristandade. “Ó pregadores da igualdade, é o delírio tirânico da impotência que assim grita vós por igualdade; vossos mais secretos desejos tirânicos assim se disfarçam em palavras de virtude”. Em resumo, esse regime prático-discursivo da misoginia, contornado por uma vontade de se vingar e punir, expressa-se no interior do cristianismo evangélico brasileiro pela ênfase a um papel da mulher enquanto submissa, pela interpretação machista dos textos bíblicos que perpetua a submissão da mulher, ou mesmo pela imposição pastoral a aceitar relacionamentos abusivos.

Seria leviano afirmar que existe uma homogeneidade evangélica, assim como também o seria se afirmássemos que generalizadamente aquele regime prático-discursivo da misoginia é traço presente em todas as denominações evangélicas. O que se tentou fazer aqui foi apenas mostrar que é possível apontar sua atuação - daquele regime- em alguns representantes do poder pastoral evangélico. Da mesma forma, não vejo como estapafúrdia a hipótese de que é possível lermos esses processos nas cercanias católicas- requereria uma nova pesquisa para tanto...

REFERÊNCIAS

BORGES, Maria de Lurdes. Mal e Misoginia In: AGGIO, Juliana et alli. **Filósofas**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

DIP, Andrea; DOLCE, Julia, MACIEL, Alice. **Mulheres Virtuosas**. Agência Pública. 2019. Disponível: <https://apublica.org/2019/05/mulheres-virtuosas/>. Acessado: 01/02/2025.

FOUCAULT, Michel. **La société punitive**. Cours au Collège de France. 1972-1973. Édition établie sous da direction de François Ewald et Alessandro Fontana, par Bernard E. Harcourt. Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Paris: Gallimard, 2010.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. In : **Dits et Écrits II- 1976- 1984**. Editions Gallimard, 2001a.

FOUCAULT, Michel. Préface. Les Juges *Kaki*. In : **Dits et Écrits I- 1976- 1984**. Editions Gallimard, 2001b

FOUCAULT, Michel. La vérité et les formes juridiques. In : **Dits et Écrits I- 1954- 1975**. Editions Gallimard, 2001c.

FOUCAULT, Michel. **Sécurité, Territoire, Population**. Cours au Collège de France.1977-1978. Paris : Hautes Études/Gallimard-Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Du gouvernement des vivants**. Cours au Collège de France.1979-1980. Paris : Hautes Études/Gallimard-Seuil, 2012.

KRAMER, H. & SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras**: Malleus Maleficarum. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

MACEDO, Edir. **O Perfil da Mulher de Deus**: A pedra fundamental para a sustentação da família. São Paulo: UNIPRO Editora, 1999.

MACEDO, Edir ; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de Poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MANNE, Kate . **Down girl**: the logic of misogyny. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

Capítulo V

ÓDIO OU OPINIÃO DINÂMICAS DO DISCURSO DE ÓDIO E MISOGINIA NAS REDES SOCIAIS

Kirla Korina Anderson Ferreira
Klaissa Verônica dos Santos Anderson

RESUMO: Este texto tem como objetivo principal entender (e problematizar) as dinâmicas da misoginia e do discurso de ódio contra as mulheres nas redes sociais. Discurso de ódio se refere à produção e disseminação de conteúdo preconceituoso, discriminatório e/ou segregacionista direcionado a um indivíduo, ou a grupo de pessoas ligados às minorias sociais, que tem as mulheres como principais vítimas no ambiente virtual e com teor misógeno. Para entendimento da questão, realizamos revisão bibliográfica e pesquisa de campo em redes sociais sobre ataques misóginos recentes na política brasileira. Grupos masculinistas são os principais responsáveis pela disseminação de conteúdos misóginos nas redes sociais, o que gera grande engajamento e monetização, bem como figuras masculinas da direita política personalizam o comportamento masculinista na esfera pública, caracterizando as dinâmicas de funcionamento da misoginia e dos discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Misoginia; Discurso de ódio; Patriarcado.

1. INTRODUÇÃO

Quando uma mensagem compartilhada na internet ultrapassa o limite da opinião e passa a ser considerada crime? Quais são os limites entre liberdade de expressão e discurso de ódio? Quais são os principais alvos de ataques na internet? Essas são algumas das questões que orientam as reflexões deste texto, que tem como objetivo principal entender (e problematizar) as dinâmicas da misoginia e do discurso de ódio contra as mulheres nas redes sociais.

A misoginia, entendida como desprezo ou ódio às mulheres e ao feminino, caracteriza-se pelo discurso de ódio, cuja incidência tem aumentado na internet. No Brasil, a professora e feminista Lola Aronovich foi a precursora no mapeamento de grupos misóginos on line, tendo chamado de grupos masculinistas. Em razão de sua luta, foi criada a Lei N. 13.642/2018, também conhecida como Lei Lola, que conferiu a responsabilidade para investigação de casos de misoginia na internet à Polícia Federal.

A disseminação de conteúdos misóginos nas redes sociais contribui para a manutenção da desigualdade de gênero, principalmente pelo potencial de alta disseminação de informações que possuem, como afirma Lins (2020). Significa

dizer que as informações lançadas nas plataformas digitais possuem a tendência de rápida propagação. Em casos de notícias de violência e discurso de ódio, Trindade (2022) destaca que essa velocidade é maior e fica reverberando por até três anos.

Os grupos masculinistas são responsáveis por grande parte da misoginia e dos discursos de ódio contra mulheres nas redes sociais. Tais grupos compartilham de uma ideologia que enaltece a figura masculina e acredita que as mulheres e o movimento feminista representam uma ameaça aos direitos dos homens, ou seja, que seriam responsáveis pela perda de privilégios masculinos (Silva, 2023). Assim, o masculinismo pode ser entendido como uma reação de um grupo de homens à maior liberdade e conquistas de direitos pelas mulheres, e, por isso, defendem uma forma de organização social de base patriarcal.

Segundo Santini et al (2024) e Regagnan e Souto (2024), é na machosfera que esses grupos se encontram e propagam uma série de notícias odiosas e desinformação, sobretudo sobre as mulheres. A machosfera é o local onde os grupos masculinistas se encontram no ambiente digital. As redes sociais aparecem como o lugar ideal para a misoginia praticada pelos masculinistas na machosfera, por não oferecer grandes exigências na moderação de conteúdo e por impulsionar aqueles com maior engajamento.

Para entender as dinâmicas de funcionamento da misoginia e do discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais, realizamos revisão bibliográfica sobre os referidos temas, em articulação com as principais formas de opressão que marcaram (e ainda marcam) a formação da sociedade brasileira, a exemplo do patriarcado. Além disso, realizamos um levantamento nas redes sociais sobre casos recentes de misoginia na política brasileira, com foco na abordagem qualitativa.

Sendo assim, este texto está organizado em duas seções. Na primeira, apresentamos o resultado da revisão bibliográfica sobre misoginia, discurso de ódio, patriarcado e sua correlação com liberdade de expressão, assim como

falamos das formas mais recorrentes de ataque dos grupos masculinistas na machosfera. Na segunda seção, analisamos as dinâmicas de ódio e de ataque às mulheres de cunho misógino, a partir de casos de mulheres ligadas ao nosso cenário político.

2. DISCURSO DE ÓDIO CONTRA AS MULHERES E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Este texto tem como tema o entendimento das dinâmicas da misoginia e discurso de ódio praticados nas redes sociais no Brasil e que tem como vítimas as mulheres. Esses temas se configuram como uma das formas de violência de gênero nas redes sociais, assim como cyberstalking, exposição de dados pessoais e exposição indevida de imagens íntimas, segundo o Relatório Violências contra a Mulher na Internet, publicado em 2017, e organizado pela Coding Rights e Internetlab.

Discurso de ódio nas redes sociais se refere à produção e disseminação de conteúdo preconceituoso, discriminatório e/ou segregacionista direcionado a um indivíduo, ou a grupo de pessoas ligados às minorias sociais. Trindade (2022) mostra que tais discursos nas redes sociais não são algo isolado, mas, o contrário disso: eles refletem o racismo, misoginia e machismo estruturais presentes na sociedade brasileira.

Segundo este autor, a dinâmica de funcionamento das redes sociais pode contribuir para os ataques, pois as plataformas digitais solicitam apenas nome, data de nascimento, endereço válido e e-mail para que os usuários possam criar um perfil. Uma vez criado o perfil, o usuário pode publicar informações, sem que se cheque a veracidade das mesmas. A falsa ideia de anonimato é um outro critério que contribui para a propagação dos discursos de ódio, em que as mulheres negras são as maiores vítimas (Trindade, 2022).

Outro impulsionador do discurso de ódio nas redes sociais é a possibilidade de rápido compartilhamento de informações e sua capacidade de alcançar um grande número de usuários, o que gera, nas vítimas, a sensação de que este tipo de conteúdo nunca sumirá da internet. Aqui se acende a discussão sobre qual é a diferença entre se publicar uma simples opinião nas redes sociais e um ataque de ódio. A liberdade de expressão é o que dá o tom para a reflexão, pois corresponde a um princípio democrático, que garante às pessoas o direito de expor suas ideias e opiniões. Porém, como não se trata de um direito absoluto, pois envolve desafios e limites, como o discurso de ódio e a desinformação.

Ademais, Trindade (2022) destaca que o discurso de ódio promove engajamento nas redes sociais, através de comentários, compartilhamentos e curtidas. O autor salienta que a razão de ser do discurso de ódio é (re)colocar seus alvos em uma posição de inferioridade, desqualificando, no caso do público alvo deste trabalho, os direitos conquistados pelas mulheres.

A Safenet Brasil (2022), que é uma organização não governamental, recebeu mais de 74 mil denúncias de crimes de ódio em 2022 no ambiente virtual, o que corresponde a um aumento de 67,7% em relação ao ano de 2021. Entre os assuntos, a misoginia ocupa o terceiro lugar dos casos mais denunciados, perdendo para xenofobia e intolerância religiosa.

Neste sentido, podemos dizer que o discurso de ódio contra as mulheres na internet trata-se de uma consequência do sistema cisheteropatriarcal, que marca a história social do Brasil. Isso se dá porque tais ataques estão relacionados a uma estrutura binária, heteronormativa e racista que pretende manter as mulheres em uma situação de subordinação e, ao mesmo tempo, fortalecer a heteronormatividade e o papel do homem nas estruturas de poder.

Saffioti (2024), socióloga brasileira que se dedicou aos estudos sobre gênero, frisou que a violência em relação às mulheres é um problema social, que está ligado a uma estrutura patriarcal. Sendo assim, a violência de gênero na sociedade brasileira se apresenta de muitas maneiras, como doméstica, política,

psicológica, sexual, moral, intra-familiar, e que conta com uma espécie de permissividade social, dada, segundo a autora, pela ordem patriarcal.

Para Lerner (2019), o patriarcado é um sistema social que oprime as mulheres e que o domínio masculino é resultado de um processo histórico, social e político. Esta autora defende o argumento de que a subordinação das mulheres pelos homens é uma das primeiras evidências da história das civilizações humanas, cujo controle patriarcal incide sobre os corpos das mulheres.

Como dito antes, o discurso de ódio contra as mulheres é uma vertente da violência de gênero e está em linha tênue com a liberdade de expressão. Por este motivo, é um assunto muito comum no campo do direito, como destaca Oliveira et al (2018) e também no campo da comunicação social, uma vez que geram engajamento e, conseqüentemente, ganhos financeiros.

É válido frisar que partimos de uma visão interserccional, categoria que deriva do feminismo negro, ao romper com uma ideia universal de mulher, e que busca analisar gênero em articulação à classe, raça/etnia e orientação sexual (ADICHIE, 2015 e 2019; AKOTIRENE, 2019; hooks, 2019; COLLINS, 2019). Losandro Tedeschi (2005) acrescenta que gênero é uma categoria que contribui para desconstruir certezas e construir usos políticos.

No campo dos estudos de gênero, as autoras citadas no parágrafo anterior chamam atenção para a superação da ideia universal de gênero e para o entendimento da diversidade presente na experiência social sobre o que é ser mulher. Historicamente, podemos dizer que em uma consideração da universalidade das relações de gênero, identificamos apenas uma única forma de observar a questão, associando gênero a uma questão binária, entre apenas dois opostos (feminino e masculino, com sobreposição deste último), e heteronormativo, o que ofusca outras existências de identidade de gênero e orientação sexual.

Quando nos propomos o estudo sobre misoginia e discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais, temos em mente que é preciso romper com a consideração binária e heterossexual, de modo a ampliar o olhar para as diversas formas de existência do feminino em nossa sociedade.

Assim, seguindo uma leitura do feminismo negro, como orientação teórica e metodológica, consideramos outras dimensões do feminino, em articulação com gênero, sexualidade, raça/etnia, mulheres que vivem com deficiência, a fim de compreender o olhar sobre mulher inerente aos discursos de ódio, ao mesmo tempo, entender o lugar social pensado para elas.

Se ele acontece nas redes sociais, um espaço de visibilidade em voga na sociedade atual, se ataca os direitos adquiridos por grupos historicamente subalternizados, nossa problemática, portanto, é entender como o discurso de ódio contra as mulheres é (ou tenta ser) um desdobramento da história patriarcal do Brasil e identificar quem sai ganhando com ele.

Quando nos referimos ao discurso de ódio contra mulheres no ambiente on line, cabe trazer a categoria misoginia para a análise. A misoginia consiste no desprezo, inferiorização, desumanização e/ou ódio às mulheres e ao feminino. No Brasil, a professora e ativista feminista Lola Aronovich foi a precursora no mapeamento de grupos misóginos na internet, chamado-os de grupos masculinistas. Em sua homenagem, foi criada a Lei N. 13.642/2018, conhecida como Lei Lola.

O Relatório “Aprenda a evitar ‘esse tipo’ de mulher”: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube (Santini et al, 2024) foi elaborado pelo Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais, uma parceria entre o Ministério das Mulheres e o Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NetLab/UFRJ). Ele trata do mapeamento dos discursos misóginos no YouTube, tendo sido a rede escolhida em razão de oferecer pouca moderação

de conteúdo, pela possibilidade de anonimato aos produtores de conteúdo e pela priorização de publicações que geram engajamento e lucros financeiros.

Santini et al (2024) afirma que mulheres que apresentem algum tipo de atuação pública, como artistas, parlamentares, influenciadoras e criadoras de conteúdo digital, são as mulheres mais propensas a serem vítimas de discursos de ódio e ataques misóginos. Esses ataques podem se dar através de perseguições, ameaças, assédios e exposições de informações pessoais. O teor das publicações ou comentários envolve a utilização de qualificadores pejorativos ou desumanizantes, relacionados à aparência física, inteligência ou competência das mulheres.

Sendo assim, uma das comunidades que mais lucram com a circulação de discurso de ódio e misoginia no YouTube é a machosfera. Santini et al (2024) salienta que na machosfera há homens interessados em pensar a masculinidade e seus novos desafios na sociedade contemporânea diante das conquistas do movimento feminista. Em contrapartida, há uma outra parcela de homens da machosfera com uma postura mais combativa, que defende os valores do patriarcado, de que é preciso combater o feminismo e as mulheres.

Assim como dito por Silva (2023), Santini et al (2024) diz que a machosfera possui uma variedade de subgrupos, que, às vezes, parecem se contradizer, mas que assemelham na defesa do discurso masculinista.

Na pesquisa de Santini et al (2024), foram encontrados 76,3 mil vídeos de conteúdo misógino, provenientes de 7,8 mil canais no YouTube. A pesquisa confirmou que 137 canais publicam conteúdos explicitamente misóginos, que somam mais de 04 bilhões de visualizações e R\$ 68.000,00 de reais arrecadados através de transmissões ao vivo.

Tendo em vista a definição das principais categorias de nossa análise sobre misoginia e discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais, procuramos apresentá-los em correlação às formas de opressões estruturais da sociedade

brasileira, a exemplo do patriarcado. No próximo item, passaremos a discutir com mais detalhes alguns casos sobre misoginia, que aconteceram em março de 2025 nas redes sociais, envolvendo duas mulheres ligadas à política brasileira, no contexto dos discursos masculinistas e da machosfera.

3. OBSERVANDO A MISOGINIA NAS REDES SOCIAIS: OS CASOS ENCONTRADOS

Masculinismo se refere a um conjunto de ideologias que pregam a superioridade dos homens, e que as mulheres e o feminismo representam uma ameaça aos direitos masculinos, com desdobramentos nos campos político, econômico e social. Podemos dizer que a misoginia alimenta o sentimento de desprezo às mulheres, no interior dos grupos masculinistas e também da machosfera.

Wolff e Schmitt (2024) alertam que, na internet, ocorre o aumento dos movimentos de direita e de discurso antifeminista e antiLGBTQIAPN+, utilizados para reforçar as desigualdades estruturais e históricas da sociedade brasileira. As autoras consideram a internet como um espaço em que feminismos e antifeminismos estão em disputa, o que se dá por meio de sites, fóruns e redes sociais, por exemplo. Neste contexto, elas refletiram sobre o potencial da internet em mobilizar, criar comunidades, criar informações e circular ideias, bem como da produção de violência, do discurso de ódio e de disseminação de informações falsas.

Em sua tese de doutorado sobre a atuação de grupos masculinistas na internet, Silva (2023) os define como grupos que defendem uma ideologia patriarcal e misógina, que pregam a utilização de práticas violentas de dominação sobre as mulheres. O masculinismo é um sistema em que o homem se sente autorizado a subalternizar mulheres e qualquer movimentação delas diferente deste lugar é lido como desrespeito aos direitos masculinos. Neste

cenário, o feminismo é entendido (erroneamente) como um grande inimigo dos direitos dos homens.

Cabe dizer que o feminismo não prega uma mudança na estrutura de opressão, como as mulheres subordinando ou desrespeitando os direitos dos homens. O feminismo se trata de um movimento político, social, cultural e intelectual que busca a igualdade de direitos entre os gêneros (hooks, 2019).

O movimento masculinista não é homogêneo e, por este motivo, entre os grupos que o integram, destacam-se os *red pills*. Regagnan e Souto (2024) mostram que o *red pill* busca estabelecer uma ordem patriarcal e cisheteronormativa na sociedade contemporânea. As autoras desenvolverem sua análise a partir da análise dos perfis abertos do influenciador Thiago Shultz nas redes sociais, um dos nomes mais conhecidos do referido movimento, e alertam que há também uma fragilidade na identidade masculina na atualidade. O nome *red pill*, ou *pílula vermelha*, faz referência ao filme *Matrix* (1999), em que o personagem principal faz uso dela para ter melhor entendimento da realidade. No caso do masculinismo, *red pills* são aqueles homens que produzem e consomem conteúdos misóginos, que alertam para uma suposta inversão de valores e poder, que o feminismo trouxe às mulheres, em detrimento dos homens.

Neste sentido, a *machosfera* se refere à legitimidade que os movimentos masculinistas encontraram nos espaços on line, para disseminação do ódio e de subordinação das mulheres e do feminino a uma certo padrão de masculinidade (Regagnan e Souto, 2024). A *machosfera* consiste em um espaço heterogêneo, que se utiliza de técnicas de assédio (tratadas como “sedução”), para promover o desenvolvimento pessoal de um indivíduo ou, ainda, de comunidades e governos, afinados à direita política.

Cabe ressaltar que essa narrativa de definir a mulher e o feminino a partir de seu corpo e do olhar masculino não é novidade. Colling (2014), importante historiadora brasileira, mostra que a definição do que é ser mulher na história

partiu da observação de seu corpo, o que implicou, conseqüentemente, na definição de lugares sociais para ela. Assim como destacou a referida autora, podemos pensar que no contexto do discurso de ódio e misoginia no ciberespaço ainda prevalece uma visão universal do que é ser mulher, o que ameaça os direitos conquistados por elas.

Então, no contexto (de devaneio) do red pill, a suposta realidade da qual os homens precisariam acordar está relacionada ao avanço das conquistas de direitos e conscientização das mulheres. Para barrar o avanço do pensamento das mulheres, esses grupos destilam ódio e misoginia. Para eles, o feminismo é culpado pelo avanço das mulheres e encobre que seu real sentido seja o de explorar e oprimir os homens.

As desilusões amorosas são apontadas como motivadoras ao discurso de ódio por parte dos masculinistas. Eles acreditam que quando recebem um não de uma mulher, este não é um sinal de desinteresse, mas um sinal para que ele insista em ficar com ela. Vale mencionar que insistir em uma relação sem consentimento pode ser enquadrado, na justiça brasileira, na Lei 13.718/2018, que criminaliza a importunação sexual e o assédio.

No contexto da violência contra a mulher pregada por esse grupos, os masculinistas acreditam que precisam ter um treinamento emocional, para alcançarem sucesso sexual, o que implica dar ordem, dizer não e estar no comando das relações afetivas. Para dominar as mulheres, é preciso ignorar quem são e o que sentem – mais uma vez, naquele movimento de generalizar o que é ser mulher.

Com isso, observamos que os grupos masculinistas culpam as mulheres pela perda de seus privilégios, utilizando-se de discursos violentos. A construção de uma narrativa conservadora sobre a masculinidade possui fins políticos, como salientam Regagnan e Souto (2024), porque foram associando masculinidade e branquitude para legitimar um ideal de imagem de poder. Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, são exemplos de homens na política

que se enquadram no perfil masculinista, de acordo com as autoras. Isso está fundamentado na volta ao passado patriarcal, que privilegia homens cisheterossexuais.

Silva (2023) afirma que a misoginia é a forma de agressão política que vem crescendo desde 2014, na segunda eleição de Dilma Rousseff, que foi alvo de uma série de memes misóginos (Carniel, Ruggi e Ruggi, 2018). Gomes, Chaves e Pedro (2024) dizem que a Lei N° 14.192/2021 define a violência política de gênero como a prática de ameaça, assédio ou humilhações direcionadas a candidatas ou mulheres eleitas, seja a elas mesmas ou a seus familiares.

A Lei N° 9.504/1997 disciplina as eleições no Brasil e prevê a destinação de 30% das vagas de candidaturas para as mulheres. Já a Emenda Constitucional N° 117/2018 obriga que 30% da verba pública recebida pelos partidos sejam destinadas às candidaturas femininas. Apesar desses esforços para aumentar a participação das mulheres na política, a violência política de gênero escancara um outro desafio às eleitas, que é o de se manter nos cargos até o final do mandato. Em vista disso, Gomes, Chaves e Pedro (2024) afirmam que o aumento da violência política de gênero nos ambientes virtuais contribuem para a baixa procura das mulheres pelos cargos públicos.

Em se tratando de casos sobre violência política de gênero, no dia 12 de março de 2025, o presidente Luiz Inacio Lula da Silva, fez uma declaração considerada machista quando apresentou Gleisi Hoffmann, então deputada federal pelo Estado do Paraná, como Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da presidência da República. O cargo da ministra é responsável pela articulação do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional. De acordo com a justificativa do presidente, ela foi escolhida em razão de sua beleza e não de sua competência como articuladora política.

Porém, este caso repercutiu para as redes sociais, quando o deputado federal Gustavo Gayer acrescentou um teor sexual à declaração do presidente Lula, conforme imagem a seguir.

Figura 1: Mensagem misógina contra a ministra Gleisi Hoffmann



Disponível em: Poder 360.

Os termos utilizados pelo deputado para se referir à Gleisi Hoffmann estampam a misoginia presentes na cena política brasileira. O poder e a seriedade presentes no cargo da ministra foram desrespeitados quando sua atuação é resumida às questões de ordem física e sexual. A publicação do deputado Gustavo Gayer deve ser lida como misógina, pois reúne o tom de desprezo, inferiorização, desumanização e ódio, destacadas por Silva (2023) e Santini et al (2024). Neste caso, diferencia-se também do machismo presente na fala do presidente Lula.

Sobre este caso, a ministra Gleisi Hoffmann cobra punição ao parlamentar baseada em violência política de gênero, tendo apresentado uma queixa-crime ao Supremo Tribunal Federal. O ataque de Gayer representa também um ataque direto à presença das mulheres na política e na possibilidade delas ocuparem espaços de poder. Infelizmente, neste caso, a ministra acabou sendo alvo de duas coisas: machismo e misoginia.

Vale lembrar que o cargo que passou a ser ocupado por Hoffmann foi deixado por Alexandre Padilha, que substituiu Nísia Trindade, à frente do Ministério da Saúde, que foi demitida do cargo após uma intensa campanha misógina.

Em outro caso de misoginia na política brasileira, no mês de março de 2025 também, a primeira-dama Janja da Silva precisou privar seu perfil no Instagram, em razão de ataques misóginos de que estava sendo vítima. As ofensas estavam acontecendo pelos comentários de suas publicações, em que um grupo de pessoas criticava a fala do presidente Lula sobre Gleisi Hoffmann, como também para questionar sua participação em eventos e viagens do governo brasileiro, assim como os gastos financeiros nessas ocasiões. Este caso de Janja estampa os limites entre o discurso de ódio e da liberdade de expressão, presentes nas redes sociais. Não tenhamos dúvida de que se o comentário está sendo feito com o intuito de ofender e discriminar as pessoas, trata-se de discurso de ódio (Trindade, 2022).

Barbosa e Santiago (2021) destacam que nas violências de gênero (assim como as relacionados com raça e classe), em que é necessário existir opressores e oprimidos, se trata de uma violência sistêmica colonial. Elas fazem parte do funcionamento normal da sociedade. Ademais, as autoras dizem que “a caricatura da violência colonial é, então, um homem branco, cisgênero e heteronormativo, que usa todas as ferramentas disponíveis para perpetuar a subjugação e o funcionamento normal do sistema.” (Barbosa e Santiago, 2021, p. 45), conforme abordado ao longo deste texto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões apresentados aqui, vimos que o discurso de ódio e misoginia nas redes sociais envolvem ideias e práticas de menosprezo, inferiorização, desumanização e subjugação das mulheres, estando afinados às ideologias da extrema direita política. Eles são praticados, em sua maioria, por grupos denominados de masculinistas, ou por usuários comuns das redes sociais, em publicações de teor misóginos. Apesar de compartilharem da ideia de que as mulheres e o movimento feminista são vistos como ameaças aos direitos dos homens, os grupos masculinistas são heterogêneos.

A atuação dos grupos masculinistas na internet acontece pela disseminação de conteúdos misóginos, que ofendem, atacam, diminuem e ridicularizam mulheres, em especial aquelas que ocupam algum cargo na esfera pública. A machosfera é o lugar onde esses grupos perpetuam suas ideias e práticas de ódio às mulheres. A misoginia tem sido um negócio rentável, e é essa produção, disseminação e monetização de conteúdos de ódio e aversão às mulheres que entendemos como a dinâmica de funcionamento da misoginia e do discurso de ódio contra as mulheres nas redes sociais.

A misoginia nas redes sociais, destilada através dos grupos masculinistas, não se refere apenas ao ódio às mulheres, mas a todas as minorias sociais, constituindo-se como um sistema que busca menosprezar, silenciar e excluir. Através dos discursos de superioridade masculinista, atualizam-se discursos sobre o corpo feminino para mantê-lo num lugar de submissão, como bem mostrou Colling (2014) em sua análise histórica.

A propagação da misoginia ameaça os direitos conquistados pelas mulheres. Nosso interesse neste trabalho não foi apenas o de mapear ou classificar as violências de gênero presentes na internet, mas contribuir ao fortalecimento do gênero como categoria analítica das ciências humanas, de mostrar a urgência na regulação das redes sociais e na garantia dos direitos das mulheres, assim como destacar a necessidade de se promover uma educação antissexista, antimisógina e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O Perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARBOSA, Bia; SANTIAGO, Larissa. O permanente desafio da violência contra as mulheres na internet. In: BARBOSA, Bia; TRESCA, Laura; LAUSCHNER, Tanara. **TIC, governança da internet e gênero: tendências e desafios**. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 2021. P. 43-53. Disponível em: [ColetaneadeArtigos TIC GovernancadaInternet Genero digital CGIbr.pdf](#). Acesso: 09 de março de 2025.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Julia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, n. 03, set-dez, 2018. Disponível em: [scielo.br/j/op/a/v3xSwz4scVmSrwXcRjRSphh/?lang=pt&format=pdf](#). Acesso: 10 de março de 2025.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios**. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GOMES, Athaysi; CHAVES, Eduardo; PEDRO, Joana Maria. Quando o ódio entra nas redes: violência política de gênero e ataques em ambientes virtuais. In: WOLFF, Cristina; SCHMITT, Elaine (Orgs.). **A internet como campo de disputas de gênero**. Florianópolis/SC: Cultura e Barbárie, 2024. P. 90-101.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LINS, Beatriz Accioly. “A internet é o celular”: uma antropóloga entre smartphones, câmeras frontais e redes sociais. **Revista Internet & Sociedade**, v. 1, n. 2, 2020. P. 150-177. Disponível em: [A-internet-é-o-celular.pdf](#). Acesso em 16 de julho de 2023.

OLIVEIRA, R. C. de; LIMA, J. de C. P.; GOMES, R. F. **Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres**. Revista Feminismos, [S. l.], v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: [https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30363](#). Acesso em: 03 ago. 2023.

REGAGNAN, Isabela; SOUTO, Bárbara. Um homem sem sua pílula vermelha está fadado ao fracasso: desvendando o comportamento redpill. In: WOLFF, Cristina; SCHMITT, Elaine (Orgs.). **A internet como campo de disputas de gênero**. Florianópolis/SC: Cultura e Barbárie, 2024. P. 126-137.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2024.

SANTINI, R. Marie; SALLES, Débora; BELIN, Luciane L; BELISÁRIO, Adriano; MATTOS, Bruno; MEDEIROS, Stéphanie G.; MELLO, Danielle; GRAEL, Felipe; SEADE, Renata; BORGES, Amanda; MURAKAMI, Lucas; CARDOSO, Rafael; DAU, Erick; LOUREIRO, Felipe; YONESHIGUE, Bernardo; CARMO, Vitor do; MAIA, Felipe. **"Aprenda a evitar 'esse tipo' de mulher"**: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro: NetLab – Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Dezembro de 2024. Disponível em: ["Aprenda A Evitar 'Esse Tipo' De Mulher": Estratégias Discursivas E Monetização Da Misoginia No Youtube](#). Acesso: 10 de março de 2025.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. **MASCULINISMO: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. Belo Horizonte/MG: PUC de Minas Gerais, 2023. 240 fls. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Gênero: uma palavra para desconstruir sentido e construir usos políticos**. História Usininos, vol. 9, n. 2, 2005. P. 139-143.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de Ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaira, 2022. (Coleção Feminismos Plurais)

WOLFF, Cristina; SCHMITT, Elaine. Internet, feminismos, antifeminismos e nossas pesquisas. In: WOLFF, Cristina; SCHMITT, Elaine (Orgs.). **A internet como campo de disputas de gênero**. Florianópolis/SC: Cultura e Barbárie, 2024. P. 10-13.

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Adryan Cesar Benjamin da Silva: Acadêmico de Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA/Pará), Bolsista de Iniciação Científica (FAPESPA/PROPGG/IFPA) e integrante do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (Nupec).

Breno Rodrigo de Oliveira Alencar: Professor do Instituto Federal do Pará, Campus Belém. Possui doutorado em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (2019), mestrado em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia (2011) e Graduação em Ciências Sociais com concentração na área de Antropologia pela mesma universidade (2008). Atualmente é coordenador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC) e líder do Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cultura, Educação e Política (GICEP) da mesma instituição, membro do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre Corpo, Saúde e Emoções (CORPOSTRANS) com sede na Universidade Federal do Piauí, do Grupo de Pesquisa em Antropologia na Educação Básica e do Conselho Editorial do IFPA. Suas áreas de interesse envolvem antropologia social, antropologia digital, sociologia das mídias, história da tecnologia, teoria dos rituais, teoria do parentesco, cibercultura e educação.

Heraldo de Cristo Miranda: Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2012). Realizou Estágio "Sandwich" na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris, entre os anos de 2010 e 2011, fazendo também pesquisa nos Arquivos Foucault, presentes no IMEC- *Institut Mémoires de l'édition contemporaine*, em Caen, Normandia, França. Tem como área de interesse, pesquisas que dialoguem com teoria antropológica e sociológica, estudos estéticos e filosofia contemporânea. Autor do livro "Michel Foucault e a Antropologia" (Prismas, 2016). Coordena atualmente o projeto de pesquisa "Dispositivos de punição em Belém: sobre arquiteturas, fotografias e racismos". É professor do quadro efetivo do IFPA, campus Belém.

Kirla Korina Anderson Ferreira: Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém. Doutora em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, Mestre em Sociologia e Graduada (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Membro da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC) do IFPA, vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Política (GICEP). É integrante do Núcleo de Gênero e Diversidade do IFPA/Campus Belém. Tem interesse nos temas: gênero, sexualidade, redes sociais, diversidades, relações raciais, ensino de sociologia na educação básica e juventude.

Klaissa Verônica dos Santos Anderson: Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará, MBA Executivo em Gestão de Pessoas, especialista em Educação para as Relações Étnico Raciais - ERER e Educação em Direitos Humanos. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS/PPGEdu/FACED; Linha de Educação, Sexualidade e relações de gênero. Experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas de juventude, adolescência, sexualidade, gênero e diversidade e Educação para as Relações Etnicorraciais; especialmente no estudo de raça e identidades raciais, com foco na educação antirracista. Experiência em Pedagogia Rural e formação e atuação com educação à distância - EaD como tutora, professora e orientadora; e tecnologias educacionais.

Lívian Karen Silva Almeida: Acadêmica da Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA/Campus Belém), Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ/PROPPG/IFPA) e membro do Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC).

Márcia Sousa França: Bacharel em Direito. Pesquisadora na área dos Direitos Humanos e Cibercultura, desenvolvendo trabalhos e pesquisas em uma perspectiva interdisciplinar.

Wesley Ribeiro Cantão Silva: Graduando da licenciatura em Geografia, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Belém. Integra o Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC). Desenvolve pesquisa no campo da Geografia Política, Geografia da Internet e do Ciberespaço. Tem investigado as relações da política contemporânea no ambiente digital.

DESCONECTANDO NÓS

Misoginia e discurso de ódio contra mulheres nas redes sociais

A presente coletânea apresenta os resultados alcançados por pesquisas sobre violência de gênero nas redes sociais, realizadas no Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura (NUPEC), que está vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cultura, Educação e Política (GICEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)/Campus Belém.

A pesquisa deste tema inicia com o projeto “A machosfera e a disseminação de ódio às mulheres nas redes sociais”, em que se verificou a necessidade de incorporar a categoria misoginia à análise, pois se refere a uma percepção sexista e de desprezo às mulheres e ao feminino, observada, no caso dos estudos aqui presentes, nas redes sociais. São indivíduos isolados ou grupos, considerados masculinistas, os principais responsáveis por compartilhar notícias de ódio contra as mulheres, o que precisa ser também entendido em consonância às ideologias religiosas e de políticas conservadoras do mundo contemporâneo.

A partir do referido projeto, dialogamos com outros projetos do NUPEC, que não tinham a mesma temática como objetivo principal, mas que o ódio contra as mulheres apareceu de forma tangencial, sendo refletido aqui. Tendo em vista que a internet possui a capacidade de aproximar usuários com interesses comuns e, entre estes, estão a violência e a troca de mensagens odiosas contra as minorias sociais, nosso objetivo principal é refletir sobre as formas pelas quais as identificamos nas redes sociais, e, com isso, enfraquecer os nós da misoginia e do discurso de ódio contra as mulheres no ambiente on line.

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

